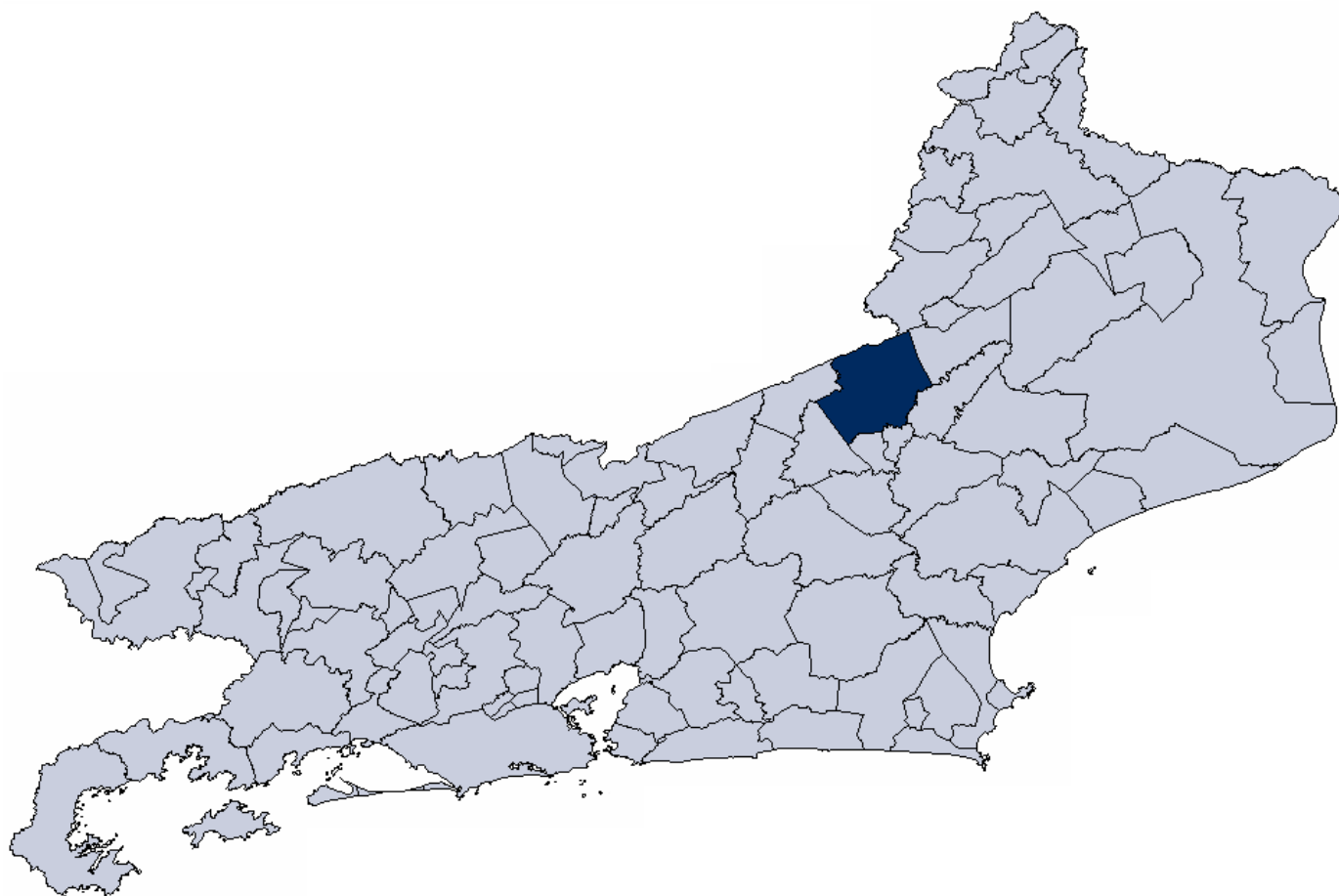


PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO

MUNICÍPIO DE CANTAGALO

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
CONSELHEIRO-RELATOR



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Limite de Crédito Suplementar	14
Tabela 2 - Suplementações	15
Tabela 3 – Alterações Orçamentárias	15
Tabela 4 – Demonstrativo de Alterações orçamentárias	17
Tabela 5 - Arrecadação no Exercício de 2017	18
Tabela 6 - Composição das Receitas Orçamentárias	18
Tabela 7 - Evolução da Dívida Ativa	19
Tabela 8 - Valor Cobrado da Dívida Ativa	19
Tabela 9 - Receitas de Competência do Município	20
Tabela 10 - Execução Orçamentária da Despesa	22
Tabela 11 - Despesa Executada por Função	22
Tabela 12 - Despesas executadas em 2017	23
Tabela 13 - Metas Fiscais para o Exercício	24
Tabela 14 - Resultado Orçamentário	26
Tabela 15 - Apuração do Resultado Financeiro	26
Tabela 16 - Resultado Patrimonial de 2017	27
Tabela 17 - Resultado Previdenciário	29
Tabela 18 - Repasse de Recursos ao RPPS	31
Tabela 19 - Repasse de Recursos ao RPPS pela Prefeitura	31
Tabela 20 - Repasse de Recursos ao RGPS	33
Tabela 21 - Cálculo da Receita Corrente Líquida	35
Tabela 22 - Evolução da Dívida Consolidada	36
Tabela 23 - Percentual Aplicado em Despesa de Pessoal	38
Tabela 24 - Despesas com Pessoal	38
Tabela 25 - Desempenho – RCL versus DP	39
Tabela 26 – Contas de Governo: Alteração de Metodologia nas Despesas com Educação	43
Tabela 27 - Despesas com Educação: Município versus Sigfis	Erro! Indicador não definido.
Tabela 28 - Demonstrativo do Total das Despesas Realizadas com MDE - Função 12	45
Tabela 29 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE	46
Tabela 30 - Receitas do Fundeb	47
Tabela 31 - Contabilização do Fundeb: Município versus STN	48
Tabela 32 - Resultado das Transferências do Fundeb	48
Tabela 33 - Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério	49
Tabela 34 - Cálculo das Despesas Empenhadas com Recursos do Fundeb	49
Tabela 35 - Resultado Financeiro do Fundeb para o Exercício de 2018	50
Tabela 36 - Gasto com Saúde: Sigfis versus Anexo 8 da Lei nº 4.320/64	53

<i>Tabela 37 - Gastos com Saúde por Natureza de Despesa</i>	<i>53</i>
<i>Tabela 38 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS</i>	<i>55</i>
<i>Tabela 39 - Limite Previsto - Base de Cálculo</i>	<i>60</i>
<i>Tabela 40 - Receitas de Royalties</i>	<i>62</i>
<i>Tabela 41 - Despesas Custeadas com Recursos dos Royalties</i>	<i>63</i>
<i>Tabela 42 - Acompanhamento de Determinações</i>	<i>68</i>
<i>Tabela 43 – Despesas com Saúde: Sigfis versus Contabilidade</i>	<i>75</i>

SUMÁRIO

1	RELATÓRIO	6
2	VOTO	8
2.1	Introdução	8
2.2	Aspectos Formais	10
2.2.1	Estrutura Administrativa do Município	10
2.2.2	Prazo de Envio da Prestação de Contas	10
2.2.3	Instrumentos de Planejamento	10
2.2.4	Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal	11
2.2.5	Consolidação dos Demonstrativos Contábeis	11
2.3	Planejamento Orçamentário	12
2.3.1	Plano Plurianual (PPA)	12
2.3.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	12
2.3.3	Lei Orçamentária Anual (LOA)	12
2.4	Receitas	17
2.4.1	Receita Arrecadada versus Receita Prevista	17
2.4.2	Composição da Receita Arrecadada	18
2.4.3	Receita da Dívida Ativa	19
2.4.4	Receitas de Competência do Município	20
2.4.5	Auditorias de Diagnóstico da Gestão Tributária	21
2.5	Despesas	22
2.5.1	Execução Orçamentária da Despesa	22
2.5.2	Restos a Pagar	23
2.5.3	Metas Fiscais	24
2.5.4	Resultado Orçamentário	26
2.5.5	Resultado Financeiro	26
2.6	Resultado Patrimonial	27
2.7	Previdência	28
2.7.1	Resultado Previdenciário	28
2.7.2	Contribuições Previdenciárias	30
2.7.3	Certificado de Regularidade Previdenciária	33
2.7.4	Das Auditorias Realizadas	34
2.8	Limites Constitucionais e Legais	35

2.8.1	Receita Corrente Líquida (RCL)	35
2.8.2	Dívida Consolidada ou Fundada	36
2.8.3	Regra de Ouro	37
2.8.4	Limite para Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária	37
2.8.5	Limite para Concessão de Garantia	37
2.8.6	Despesas com Pessoal	38
2.8.7	Educação	39
2.8.8	Saúde	51
2.8.9	Repasse Financeiro para a Câmara Municipal	59
2.9	Demais Aspectos Relevantes	61
2.9.1	Conselho de Alimentação Escolar	61
2.9.2	Conselho Municipal de Assistência Social	61
2.9.3	<i>Royalties</i>	62
2.9.4	Transparência na Gestão Fiscal	64
2.9.5	Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)	65
2.10	Controle Interno	67
2.10.1	Das Determinações nas Contas de Governo do Exercício Anterior	67
2.10.2	Do Certificado de Auditoria	68
3	CONCLUSÃO E VOTO	69

1 RELATÓRIO

PROCESSO: TCE-RJ nº 210.530-2/18
ORIGEM: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO – EXERCÍCIO DE 2017
GESTOR: JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA – PREFEITO MUNICIPAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO MUNICIPAL. PROPOSTA DO CORPO INSTRUTIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL PELA EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL. EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO COM RESSALVAS, DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. NECESSIDADE DE AVALIAÇÃO ATUARIAL NOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAIS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO A TODOS OS MUNICÍPIOS. COMUNICAÇÃO AO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL. COMUNICAÇÃO AO ATUAL PREFEITO. DETERMINAÇÃO À SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO.

Trata o presente processo da Prestação de Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativa ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, encaminhada a este Tribunal de Contas para emissão de Parecer Prévio, conforme previsto no art. 125, incisos I e II, da Constituição Estadual.

A documentação da Prestação de Contas, de forma parcial, foi encaminhada, tempestivamente, a este Tribunal e, em razão da ausência de documentos indispensáveis à competente análise, a 3ª Coordenadoria de Auditoria de Contas (3ª CAC) formalizou o Ofício Regularizador em apenso (Processo TCE-RJ nº 214.028-7/18), apreciado pelo Plenário desta Corte, em Sessão de 05/06/2018.

Em atendimento ao contido no Ofício Regularizador, foram remetidos a este Tribunal, de forma tempestiva, os documentos solicitados, constituindo os documentos TCE-RJ nº 015.333-1/18 e TCE-RJ nº 015.340-4/18.

Após análise consubstanciada, o Corpo Instrutivo manifesta-se pela emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das Contas de Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2017, com Ressalvas, Determinações, Recomendações e Comunicações.

O Ministério Público Especial manifesta-se pela emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das Contas do Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2017, estando parcialmente de acordo com o Corpo Instrutivo.

Conforme previsto no art. 123, § 3º, do Regimento Interno e na Deliberação TCE-RJ nº 285/18, a apreciação do presente processo foi objeto de publicação em Pauta Especial no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 05/08/2018 – iniciando o prazo para apresentação de razões de defesa e de documentos por parte do responsável pelas presentes contas –, e republicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 05/10/2018, para inclusão na Pauta Especial do dia 11/10/2018.

É o Relatório. Passo ao meu Voto.

2 VOTO

2.1 Introdução

A Prestação de Contas de Governo, procedimento de *accountability* de caráter técnico-político, previsto na Constituição da República, é de competência privativa do Chefe do Executivo, por meio da qual o responsável, administrador da *res publica*, responde à sociedade, titular da coisa pública, por meio de documentos, relatórios e índices, quais foram as ações tomadas na gestão pública e os consequentes resultados auferidos.

A análise técnica dessa Prestação de Contas de Governo Municipal compete aos Tribunais de Contas, por meio de emissão de Parecer Prévio, enquanto que o julgamento político cabe às Cortes Legislativas, somente deixando de prevalecer os termos desse Parecer Prévio por decisão de dois terços dos vereadores.

O Tribunal de Contas, portanto, desempenha papel primordial na avaliação da gestão pública e, no intuito de precisar sua atuação, trago à baila as lições de Rocha¹, que, ao definir as várias concepções da *accountability*, traduz o intento da análise empreendida pelas Cortes de Contas nacionais:

*Em síntese, a partir dos modelos de administração pública propostos por Denhardt e Denhardt (2003) as concepções de accountability podem ser agrupadas em três planos: o **controle burocrático** de conformação às leis e às normas, conforme a tradição da velha administração pública; o **controle de performance** representado pela obtenção da máxima produtividade dos recursos públicos mediante o controle dos resultados da ação, com base nos conceitos de eficiência e eficácia/efetividade, como enfatizam os defensores da nova gestão pública; e o **controle democrático**, baseado na responsividade do agente público, na qual sobressaem as questões relativas ao desempenho responsável, à postura ética, à defesa do interesse público e à ação comprometida com os princípios democráticos, como enfatizam os defensores do modelo do novo serviço público (grifei).*

Dessa forma, cabe ao Tribunal de Contas a apreciação técnica da Prestação de Contas de Governo, buscando sua conformidade às leis e às normas (controle burocrático), por meio da análise dos dados e das informações apresentados, dos

¹ ROCHA, Arlindo Carvalho. *Accountability na Administração Pública: a Atuação dos Tribunais de Contas*. Disponível em <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS716.pdf>. Acesso em 06/07/2018.

Relatórios Orçamentários, dos Demonstrativos Contábeis e do Parecer do Controle Interno².

Além disso, apesar de a Prestação de Contas de Governo ser encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo e formar processo – com documentos, relatórios e demonstrativos –, o seu exame, pelas Cortes de Contas, perpassa a mera análise de conformidade documental e avança por meio das ações de fiscalização executadas pelas instâncias técnicas, em especial as auditorias de natureza operacional, que subsidiam a análise das Contas de Governo apresentadas, alcançando, dessa forma, o controle de resultados, com a utilização de critérios que buscam medir a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações desempenhadas pelo gestor público (controle de performance).

Por fim, os Tribunais de Contas exercem o controle democrático das Prestações de Contas quando correlacionam o planejamento orçamentário com sua efetiva execução, atribuindo ao gestor a responsividade democrática, equacionando a qualidade do gasto público com os anseios da sociedade, não olvidando, ainda, da publicação dos resultados dessas avaliações.

De posse de todo esse arcabouço informacional, o Tribunal de Contas é capaz de avaliar, tecnicamente, a gestão pública e emitir Parecer Prévio conclusivo – sob os aspectos financeiro, orçamentário, contábil e patrimonial dos Demonstrativos Contábeis, destacando a observância ou não das normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos e nas demais operações realizadas com recursos públicos e, também, o cumprimento de limites constitucionais e legais, bem como o desempenho dos programas de governo – que subsidiará o Poder Legislativo no cumprimento de seu múnus constitucional para o julgamento anual das Contas de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo.

² **Art. 74.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

[...]

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

2.2 Aspectos Formais

2.2.1 Estrutura Administrativa do Município

Segundo informações fornecidas pelo jurisdicionado e dados existentes no Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos (Scap) deste Tribunal, o Município é composto pelos órgãos e entidades relacionados a seguir:

Quadro 1 - Composição de Órgãos e Entidades do Município de Cantagalo

Administração Direta
Prefeitura Municipal
Câmara Municipal
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Assistência Social
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Administração Indireta
Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal – IPAM

2.2.2 Prazo de Envio da Prestação de Contas

Esta prestação de contas foi encaminhada em 02/04/2018, portanto, de forma tempestiva, conforme prazo fixado no art. 6º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, uma vez que a Lei Orgânica não dispõe de forma diversa, visto que a Sessão Legislativa de 2018 foi inaugurada em 30/01/2018.

2.2.3 Instrumentos de Planejamento

O sistema orçamentário brasileiro, de acordo com o art. 165 da Constituição Federal, é constituído por três leis orçamentárias: Lei Orçamentária Anual (LOA), que se traduz no orçamento propriamente dito, com a estimativa das receitas e a fixação das despesas para o exercício seguinte, definindo as metas e as prioridades de gastos, de acordo com os programas de governo, desde que respeitados limites legais e constitucionais; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as diretrizes, as metas e os riscos fiscais; e o Plano Plurianual (PPA), cuja função

primordial é a de orientar os gastos de caráter continuado e investimentos, com metas para 4 (quatro) anos.

Constato a remessa dos seguintes instrumentos de planejamento orçamentário do Município de Cantagalo, referentes ao exercício de 2017, que servirão de subsídio para a análise das presentes Contas do Governo:

Quadro 2 – Instrumentos de Planejamento Orçamentário do Município de Cantagalo

Descrição	Arquivo Digital (*)
Plano Plurianual – PPA	Processo TCE-RJ nº 201.616-9/14
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	05. Lei das Diretrizes Orçamentárias (*)
Lei Orçamentária Anual – LOA	06. Lei dos Orçamentos Anuais (*)

Dessa forma, os instrumentos de planejamento do Município de Cantagalo serão detalhados nos subcapítulos a seguir.

2.2.4 Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Conforme evidenciado no quadro a seguir, foram encaminhados todos os relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 3 - Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal

Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO – Exercício de 2017	
Descrição	Processo TCE-RJ nº
1º bimestre	206.435-4/17
2º bimestre	208.536-8/17
3º bimestre	215.550-5/17
4º bimestre	221.447-6/17
5º bimestre	225.841-4/17
6º bimestre	203.468-2/18
Relatório de Gestão Fiscal – RGF – Exercício de 2017	
Descrição	Processo TCE-RJ nº
1º quadrimestre	208.535-4/17
2º quadrimestre	221.448-0/17
3º quadrimestre	203.473-7/18

2.2.5 Consolidação dos Demonstrativos Contábeis

Os Demonstrativos Contábeis são instrumentos que fornecem informações importantes para a avaliação financeira/patrimonial/orçamentária do governo.

De acordo com o art. 2º da Deliberação TCE-RJ nº 285/18, as Prestações de Contas de Governo dos Municípios devem ser apresentadas de forma consolidada, abrangendo os resultados gerais da gestão de todos os órgãos e entidades dos Poderes do Município, assim como dos Fundos.

Foram encaminhadas as demonstrações contábeis consolidadas, conforme disposto na Deliberação TCE-RJ nº 285/18.

Ressalto que, com a adoção da nova contabilidade aplicada ao Setor Público, fica caracterizada uma aproximação com as normas internacionais e a necessária convergência das Normas Contábeis aos padrões internacionais, de forma que as Demonstrações Contábeis sejam transparentes, confiáveis e comparáveis.

2.3 Planejamento Orçamentário

2.3.1 Plano Plurianual (PPA)

O plano plurianual, para o quadriênio de 2014/2017, foi instituído pela Lei Municipal nº 1.179/13, e definiu as prioridades estratégicas de Governo.

2.3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para o exercício de 2017, foi estabelecida por meio da Lei Municipal nº 1.315/16.

2.3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA)

O Orçamento do Município de Cantagalo, para o exercício de 2017, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 1.327/16, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 87.916.000,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e dezesseis mil reais), contemplando os Poderes Legislativo e Executivo do Município, neste incluído seus Fundos, Órgãos e Entidades vinculadas à Administração Direta e Indireta.

A LOA poderá sofrer ajustes no decorrer do exercício, mediante créditos adicionais, que podem ser especiais (despesa não consignada inicialmente na LOA), suplementares (atender despesa insuficientemente dotada na LOA) ou

extraordinários (atender despesas urgentes e imprevisíveis) ou por outras alterações, como a troca da fonte de recurso ou alteração na modalidade de aplicação.

2.3.3.1 Autorização para a abertura de créditos adicionais

Os Créditos Adicionais são as autorizações para despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual, visando reparar situações que surgem durante a execução orçamentária decorrentes de circunstâncias econômicas ou de fatos imprevisíveis.

No Município de Cantagalo, a autorização para abertura de créditos adicionais suplementares consta do art. 4º, inciso II, da LOA, o qual estabelece:

II – Abrir créditos suplementares até 5% (cinco por cento) do total da despesa bruta autorizada, R\$ 87.916.000,00(oitenta e sete milhões e novecentos e dezesseis reais) alterando, se necessário, o Programa de Investimentos, assim como, criando elementos de despesa dentro de cada projeto/atividade/operação especial existente, podendo o Poder Executivo efetuar remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programa para outra ou de um órgão para outro, desde que não inviabilize projetos em andamento.

Foram, ainda, estabelecidas exceções ao limite autorizado para a abertura de crédito, conforme art. 4º da LOA, *in verbis*:

Art. 4º - (...)

III – Não onerarão o limite previsto no inciso II, ficando o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos, após aprovação da Câmara Municipal:

- a) Decorrentes de vinculações constitucionais, legais e de convênios, até os limites do excesso de arrecadação e das sobras de exercício anterior desses recursos;*
- b) Vinculados a operações de crédito, até o limite dos valores a receber dentro do exercício, desde que não incluídos na estimativa de receita constante desta Lei;*
- c) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias dos grupos de natureza de despesa “Pessoal e Encargos”, “Juros e “Despesas com Saúde e Educação”, até o limite dos valores atribuídos a cada grupo;*
- d) Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas ao Programa de Previdência Municipal, até o limite equivalente ao valor de cada uma das ações que o compõem;*

e) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Contribuição ao PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, até o limite dos valores atribuídos nas ações;

f) Destinados a suprir insuficiências nas dotações de Precatórios Judiciais, até o limite dos valores atribuídos nas ações.

2.3.3.2 Alterações Orçamentárias

Dessa forma, foi autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 4.395.800,00 (quatro milhões, trezentos e noventa e cinco mil e oitocentos reais), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 – Limite de Crédito Suplementar

Descrição	Valor - R\$
Total da despesa fixada	87.916.000,00
Limite para abertura de créditos suplementares: 5,00%	4.395.800,00

Fonte: arquivo digital "06. Lei dos Orçamentos Anuais".

O decreto considerado como exceção, suficiente para o cumprimento do limite estabelecido na LOA, foi o seguinte:

Quadro 4 – Decreto de Abertura de Crédito Suplementar

Decreto nº	Exceções previstas na LOA – Valor (R\$)	Fundamentação legal na LOA
3.128/17	728.000,00	Art. 4º, inciso III, alínea c

Fonte: arquivo digital "07. Relação dos Créditos Adicionais com base na LOA – Quadro A.1" e arquivo digital "08. Relação dos Créditos Adicionais com base em Leis Específicas – Quadro A.2" fl. 10.

Com base na relação dos créditos adicionais, o Corpo Instrutivo elabora quadro com as alterações orçamentárias no exercício, autorizados pela Lei Orçamentária Anual, concluindo que a abertura de créditos adicionais, no montante de R\$ 3.844.478,91 (três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e um centavos), encontra-se dentro do limite estabelecido na LOA, observando-se, portanto, o preceituado no art. 167, inciso V, da Constituição Federal, conforme se demonstra a seguir:

Tabela 2 - Suplementações

Alterações	Fonte de recursos	Anulação	R\$ 4.509.578,91
		Excesso - Outros	R\$ 0,00
		Superávit	R\$ 0,00
		Convênios	R\$ 62.900,00
		Operação de crédito	R\$ 0,00
(A) Total das alterações			R\$ 4.572.478,91
(B) Créditos não considerados (exceções previstas na LOA)			R\$ 728.000,00
(C) Alterações efetuadas para efeito de limite = (A – B)			R\$ 3.844.478,91
(D) Limite autorizado na LOA			R\$ 4.395.800,00
(E) Valor total dos créditos abertos acima do limite = (C – D)			R\$ 0,00

Fonte: arquivos digitais "06. Lei dos Orçamentos Anuais" e "07. Relação dos Créditos Adicionais com base na LOA – Quadro A.1".

O Corpo Instrutivo elabora a tabela a seguir, com as alterações orçamentárias no exercício, autorizadas por leis específicas, concluindo que a abertura de créditos adicionais encontra-se dentro do limite estabelecido nas leis autorizativas, observando-se, portanto, o preceituado no art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Tabela 3 – Alterações Orçamentárias

Lei nº	Valor (R\$)	Decreto nº	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
			Superávit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
				Convênios	Outros			
1.332/17	987.600,00	3.116/17		987.600,00				E
1.334/17	25.000,00	3.119/17				25.000,00		E
1.348/17	750.000,00	3.144/17				750.000,00		S
1.352/17	399.492,00	3.159/17		399.492,00				S
1.358/17, ART. 1º	2.984.000,00	3179/17				1.290.000,00		S
						1.250.000,00		S
						44.000,00		S
						400.000,00		S
Total 1.358/17, art. 1º	2.984.000,00					2.984.000,00		
1.358/17, ART. 4º	2.197.900,00	3.183/17				41.128,74		S
		3.185/17				160.000,00		S
		3.186/17				85.000,00		S
		3.187/17				318.500,00		S
		3.189/17				570.000,00		S
		3.191/17				497.000,00		S

Lei nº	Valor (R\$)	Decreto nº	Fonte de recurso					Tipo de crédito (1)
			Superávit	Excesso de arrecadação		Anulação	Operações de crédito	
				Convênios	Outros			
1.332/17	987.600,00	3.116/17		987.600,00				E
		3.193/17				95.898,61		S
		3.195/17				147.000,00		S
		3.199/17				76.176,00		S
		3.208/17				86.000,00		S
		3.210/17				10.200,00		S
		3.211/17				41.000,00		S
		3.212/17				43.758,00		S
Total 1.358/17, art. 4º	2.197.900,00					2.171.661,35		
1.365/17	60.000,00	3.190/17				60.000,00		E
1.367/17	779.910,00	3.196/17		779.910,00				E
1.368/17	794.666,42	3.197/17		794.666,42				E
1.373/17	600.000,00	3.201/17		600.000,00				E
1.374/17	400.000,00	3.202/17				400.000,00		S
1.375/17	587.000,00	3.200/17				587.000,00		S
Total	10.565.568,42	Total		3.561.668,42		6.977.661,35		

Fonte: arquivo digital "08. Relação dos Créditos Adicionais com base em Leis Específicas – Quadro A.2" e "Cópia da publicação das leis autorizativas específicas de abertura de créditos adicionais".

(1) Tipo de crédito: E – Especial; S – Suplementar.

2.3.3.3 Demonstrativo Resumo das Alterações Orçamentárias

Durante o exercício, ocorreram alterações orçamentárias em razão da abertura de Créditos Adicionais, resultando em um Orçamento final de R\$ 91.540.568,42 (noventa e um milhões, quinhentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), representando um acréscimo de 4,12% (quatro vírgula doze por cento) em relação ao Orçamento inicial.

Com base na Relação de Decretos de Abertura de Créditos, as alterações orçamentárias podem ser representadas conforme tabela a seguir:

Tabela 4 – Demonstrativo de Alterações orçamentárias

Descrição	Valor (R\$)
(A) Orçamento inicial	87.916.000,00
(B) Alterações:	15.111.808,68
Créditos extraordinários 0,00	
Créditos suplementares 11.864.632,26	
Créditos especiais 3.247.176,42	
(C) Anulações de dotações	11.487.240,26
(D) Orçamento final apurado (A + B - C)	91.540.568,42
(E) Orçamento registrado no comparativo da despesa autorizada com a realizada consolidado – Anexo 11 da Lei nº 4.320/64	91.540.568,42
(F) Divergência entre o orçamento apurado e os registros contábeis (D - E)	0,00
(G) Orçamento registrado no Anexo 1 do RREO do 6º bimestre de 2017	91.540.568,50
(H) Divergência entre o orçamento apurado e o relatório resumido da execução orçamentária (D - G)	-0,08

Fonte: Anexo 11 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Anexo 01 do RREO do 6º bimestre/2017, processo TCE-RJ nº 203.468-2/18.

Conforme demonstrado, o valor do orçamento final apurado guarda paridade com o registrado no Anexo 11, Consolidado da Lei nº 4.320/64 (Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada Consolidado) e no Anexo 1 (Balanço Orçamentário do Relatório Resumido da Execução Orçamentária), referente ao 6º bimestre de 2017.

2.4 Receitas

2.4.1 Receita Arrecadada *versus* Receita Prevista

A Receita arrecadada no exercício foi de R\$ 83.919.930,02 (oitenta e três milhões, novecentos e dezenove mil, novecentos e trinta reais e dois centavos), portanto, abaixo da previsão, que era de R\$ 87.916.000,00 (oitenta e sete milhões, novecentos e dezesseis mil reais), gerando, em consequência, uma variação negativa de R\$ 3.996.069,98 (três milhões, novecentos e noventa e seis mil, sessenta e nove reais e noventa e oito centavos), que representa um decréscimo de 4,55% (quatro vírgula cinquenta e cinco por cento) em relação ao total da arrecadação prevista.

A tabela a seguir demonstra o comportamento da arrecadação municipal no exercício de 2017 em comparação à previsão inicial:

Tabela 5 - Arrecadação no Exercício de 2017

Natureza	Previsão Inicial R\$	Previsão Atualizada R\$	Arrecadação R\$	Variação	
				R\$	Percentual
Receitas correntes	82.988.500,00	82.988.500,00	76.784.679,97	-6.203.820,03	-7,48%
Receitas de capital	652.500,00	652.500,00	3.276.477,35	2.623.977,35	402,14%
Receita intraorçamentária	4.275.000,00	4.275.000,00	3.858.772,70	-416.227,30	-9,74%
Total	87.916.000,00	87.916.000,00	83.919.930,02	-3.996.069,98	-4,55%

Fonte: Previsão inicial e Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

Nota: nos valores das receitas já foram consideradas as devidas deduções.

Embora não tenha alcançado o valor inicialmente previsto na LOA, o montante arrecadado afigura-se adequado em relação ao previsto, considerando que a receita arrecadada superou o percentual de 90% (noventa por cento) do valor estimado, não restando caracterizada superestimativa na previsão da receita.

O valor da receita arrecadada informada no Balanço Orçamentário Consolidado guarda paridade com o indicado no Anexo 10 Consolidado da Lei nº 4.320/64 (Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada) e com o Anexo 1 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao 6º bimestre de 2017.

2.4.2 Composição da Receita Arrecadada

As Receitas arrecadadas pelo Município, no exercício de 2017, possuem a seguinte composição:

Tabela 6 - Composição das Receitas Orçamentárias

Descrição	Valor arrecadado em 2017 R\$	Participação em relação à receita total (Em %)	
		2017	2016
Receitas tributárias	5.818.858,39	6,93%	6,95%
Receitas de transferências	68.249.452,44	81,33%	79,55%
Outras receitas	9.855.213,91	11,74%	13,50%
(-) Deduções da receita - outras	3.594,72	0,00%	0,00%
Receita total	83.919.930,02	100,00%	
(-) Receitas intraorçamentárias	3.858.772,70		
Receita efetivamente arrecadada	80.061.157,32		

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e prestação de contas de governo de 2016, processo TCE-RJ nº 205.993-9/17.

As receitas arrecadadas oriundas do poder de tributar do Município representaram 6,93% (seis vírgula noventa e três por cento) do total arrecadado em 2017, enquanto que as receitas de transferências constituíram a mais significativa fonte de recursos do Município, representando 81,33% (oitenta e um vírgula trinta e três por cento) do total arrecadado em 2017, sendo superior ao apurado no exercício anterior.

2.4.3 Receita da Dívida Ativa

As contas de dívida ativa tributária e não tributária são destinadas ao registro das inscrições, atualizações e baixas dos créditos devidos à fazenda pública pelos contribuintes, acrescidos dos adicionais e multas, não cobrados ou não recolhidos ao erário.

A dívida ativa sofreu um acréscimo na ordem de 12,89% (doze vírgula oitenta e nove por cento) em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado:

Tabela 7 - Evolução da Dívida Ativa

Saldo do exercício anterior 2016 (A) - R\$	Saldo atual – 2017 (B) - R\$	Variação % C = B/A
21.326.451,33	24.076.426,85	12,89%

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 e Balanço Patrimonial Consolidado.

O valor cobrado no exercício de 2017 representou 1,26% (um vírgula vinte e seis) do saldo existente em 2016, como segue:

Tabela 8 - Valor Cobrado da Dívida Ativa

Saldo do exercício anterior 2016 (A) - R\$	Valor arrecadado em 2017 (B) - R\$	EM % C = B/A
21.326.451,33	269.720,20	1,26%

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 e Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

Nota: No valor arrecadado, foi incluído o montante referente às multas e juros.

O Município informa que adotou providências no âmbito da fiscalização das receitas e no combate à sonegação, cujas medidas estão consignadas no

documento constante do arquivo digital “55 – Relatório de Fiscalização das Receitas e Combate à Sonegação”.

2.4.4 Receitas de Competência do Município

As receitas de competência tributária do Município, em comparação ao total da receita corrente, excluídas as do Regime Próprio de Previdência (RPPS), representaram 9,77% (nove vírgula setenta e sete por cento) do total, como demonstrado a seguir:

Tabela 9 - Receitas de Competência do Município

Receitas tributárias diretamente arrecadadas	Previsão Inicial (A)	Arrecadação (B)	% Arrecadado (B/A)
1112.01.00 - ITR diretamente arrecadado	0,00	0,00	0,00
1112.02.00 - IPTU	350.000,00	401.991,66	115%
1112.04.00 - IRRF	1.365.000,00	1.343.872,61	98%
1112.08.00 - ITBI	300.000,00	291.540,73	97%
1113.05.00 - ISS (incluindo o Simples Nacional - SNA)	4.236.000,00	2.968.404,84	70%
1120.00.00 - Taxas	480.700,00	717.639,18	149%
1130.00.00 - Contribuição Melhoria	20.000,00	95.409,37	477%
1230.00.00 - Contribuição de Iluminação Pública - COSIP	825.000,00	715.304,04	87%
Receita de bens de uso especial (cemitério, mercado municipal, etc)	0,00	0,00	0,00
1911.00.00 - Multa e juros de mora dos tributos	395.500,00	69.781,27	18%
1913.00.00 - Multa e juros de mora da dívida ativa dos tributos	70.100,00	60.870,56	87%
1931.00.00 - Dívida ativa de tributos	255.598,00	188.576,48	74%
(A) Subtotal	8.297.898,00	6.853.390,74	83%
(B) Deduções da Receita	0,00	0,00	0,00
(C) Total dos tributos diretamente arrecadados (A - B)	8.297.898,00	6.853.390,74	83%
(D) Total da receita corrente excluído o RPPS		70.141.232,06	
(E) Percentual alcançado (C/D)		9,77%	

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

Quanto à baixa participação das receitas próprias em relação à receita total, bem como ao comportamento da Receita da Dívida Ativa, o douto Ministério Público Especial assim se manifesta:

Com base na baixa participação das receitas próprias em relação à receita total, bem como na baixa arrecadação da dívida ativa, pode-se inferir que a administração tributária do município ainda não está estruturada para realizar, com eficiência e eficácia, a cobrança, a fiscalização, a arrecadação e o controle dos tributos instituídos pelo

município, em desacordo, portanto, com o art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000, in verbis:

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no caput, no que se refere aos impostos.

Na conclusão deste parecer, tal fato será acrescentado como ressalva e determinação no intuito de proporcionar um incremento de arrecadação dos tributos de sua competência e de recuperação dos créditos inscritos em dívida ativa.

No exame que empreendi acerca das receitas próprias em relação à receita total, da arrecadação da dívida ativa e das demais informações encaminhadas pelo jurisdicionado, manifesto-me em concordância com o entendimento do Parquet, de forma que tais aspectos constarão, na conclusão deste Voto, a título de **Ressalva e Determinação**.

2.4.5 Auditorias de Diagnóstico da Gestão Tributária

O Corpo Instrutivo destaca, no tópico 5.1.5 da sua instrução, as auditorias realizadas pela Coordenadoria de Controle da Receita (CCR), nos exercícios de 2014 a 2016, em todos os Municípios jurisdicionados, objetivando diagnosticar a gestão de todos os impostos de competência municipal e da contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública (Cosip).

Observo que, nos autos dos Processos TCE-RJ nº 215.863-4/14 (ISS) e 218.990-6/15 (IPTU e ITBI), estão descritas as irregularidades e ineficiências identificadas na gestão dos tributos municipais.

Em face dos resultados advindos das retrocitadas Auditorias, bem como de seus respectivos trabalhos de monitoramento, o Corpo Instrutivo, em sua análise técnica, opina por alertar ao atual Prefeito que ocorrerão novas auditorias de monitoramento para atestação da implementação das medidas planejadas, a fim de que seus resultados sejam considerados para avaliação da gestão, quando da apreciação das Contas de Governo.

Desse modo, acompanho o entendimento manifestado pelo Corpo Instrutivo, no sentido de que o jurisdicionado seja **alertado** quanto à realização das mencionadas auditorias, motivo pelo qual farei constar tal item na conclusão deste Voto.

2.5 Despesas

2.5.1 Execução Orçamentária da Despesa

As despesas realizadas no exercício de 2017 representaram 88,83% (oitenta e oito vírgula oitenta e três por cento) das despesas autorizadas, resultando numa economia orçamentária de R\$ 10.225.533,45 (dez milhões, duzentos e vinte e cinco mil, quinhentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), conforme tabela a seguir:

Tabela 10 - Execução Orçamentária da Despesa

Natureza	Inicial R\$ (A)	Atualizada R\$ (B)	Empenhada R\$ (C)	Liquidada R\$ (D)	Paga R\$ (E)	Percentual empenhado (C/B)	Economia orçamentária (B-C)
Total das despesas	87.916.000,00	91.540.568,42	81.315.034,97	78.181.501,73	74.900.140,85	88,83%	10.225.533,45

Nota: Incluídas as despesas intraorçamentárias. Fonte: Dotação inicial - arquivo digital, Anexos 11 Consolidado da Lei nº 4.320/64 e Balanço.

A despesa realizada por função está representada na tabela a seguir. As funções Saúde, Educação e Previdência Social foram responsáveis por 65,84% (sessenta e cinco vírgula oitenta e quatro por cento) das despesas do Município.

Tabela 11 - Despesa Executada por Função

Código	Função	Despesa empenhada R\$	% em relação ao total
10	Saúde	23.320.783,42	28,68%
12	Educação	16.796.349,21	20,66%
09	Previdência Social	12.606.373,96	15,50%
04	Administração	7.141.591,90	8,78%
15	Urbanismo	5.814.295,32	7,15%
01	Legislativa	3.936.908,68	4,84%
17	Saneamento	2.842.290,13	3,50%
08	Assistência Social	2.057.618,81	2,53%
26	Transportes	1.779.693,47	2,19%

06	Segurança Pública	1.739.946,27	2,14%
23	Comércio e Serviço	801.865,78	0,99%
28	Encargos Especiais	784.453,24	0,96%
20	Agricultura	660.500,73	0,81%
18	Gestão Ambiental	602.654,96	0,74%
13	Cultura	400.697,54	0,49%
27	Desporto e Lazer	22.734,29	0,03%
24	Comunicações	6.277,26	0,01%
	TOTAL	81.315.034,97	100,00%

Fonte: Anexo 08 Consolidado da Lei nº 4.320/64.

As despesas, segundo as categorias econômicas, assim se dividem:

Tabela 12 - Despesas executadas em 2017

Descrição	Valor - R\$	% Em relação ao total	
		2017	2016
Despesas correntes	78.203.890,42	96,17%	97,75%
Despesas de capital	3.111.144,55	3,83%	2,25%
Total	81.315.034,97	100,00%	

Fonte: prestação de contas de governo de 2016, processo TCE-RJ nº 205.993-9/17 e Balanço Orçamentário.

As despesas correntes representaram 96,17% (noventa e seis vírgula dezessete por cento) das despesas totais executadas no exercício de 2017 e as despesas de capital, 3,83% (três vírgula oitenta e três por cento), sendo que, do total das despesas correntes, 68,18% (sessenta e oito vírgula dezoito por cento) correspondem a despesas com pessoal e encargos e 31,82% (trinta e um vírgula oitenta e dois por cento) às demais despesas. As despesas de capital foram destinadas integralmente para Investimentos.

2.5.2 Restos a Pagar

O Corpo Instrutivo destaca que houve a inscrição de restos a pagar não processados ao final do exercício de 2017, sem a correspondente disponibilidade de caixa, conforme demonstrado a seguir:

	Disponibilidade de Caixa Bruto (a)	Obrigações Financeiras				Disponibilidade de Caixa Antes da Inscrição de Restos a pagar Não Processados do Exercício (f) = (a-b-c-d-e)	Valor Inscrito de Restos a Pagar Não Processados (g)	Valor Inscrito de Restos a pagar sem a devida Disponibilidade (h)
		Restos a pagar liquidados e não pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Consolidado (I)	6.988.030,87	91.693,14	3.281.360,88	846.491,98	873.851,07	1.894.633,80	3.133.533,24	1.238.899,44
Câmara Municipal (II)	92.799,65	0,00	0,00	0,00	0,00	92.799,65	92.799,65	0,00
RPPS (III)	841.931,14	0,00	832.927,49	0,00	186.949,66	-177.946,01	665,00	665,00
Valor Considerado (IV) = (I-II-III)	6.053.300,08	91.693,14	2.448.433,39	846.491,98	686.901,41	1.979.780,16	3.040.068,59	1.060.288,43

Fonte: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Anexo 17 - consolidados da Lei nº 4.320/64; da Câmara Municipal; e do RPPS.

Ficou evidenciado que o Município, desconsiderando os valores relativos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e à Câmara Municipal, inscreveu o montante de R\$ 1.060.288,43 (um milhão, sessenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) em restos a pagar não processados sem a devida disponibilidade de caixa, contrariando o disposto no art. 55, inciso III, alínea “b”, itens 3 e 4, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), razão pela qual tal fato será considerado como **Ressalva e Determinação**.

2.5.3 Metas Fiscais

As metas fiscais para o exercício de 2017, em valores correntes, e as respectivas execuções previstas no exercício financeiro de 2017, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00, podem ser assim resumidas:

Tabela 13 - Metas Fiscais para o Exercício

Descrição	Anexo de metas (Valores correntes)	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal	Atendido ou Não atendido
Receitas	93.686.450,00	83.919.930,10	
Despesas	93.686.450,00	81.315.035,00	
Resultado primário	-1.101.300,00	1.248.101,90	Atendido
Resultado nominal	-192.660,00	-2.217.812,60	Atendido
Dívida consolidada Líquida	-4.949.410,00	-3.571.541,40	Não Atendido

Fonte: Anexo de Metas da LD, processo TCE-RJ nº 203.468-2/18 - RREO 6º bimestre/2017 e processo TCE-RJ nº 203.473-7/18 - RGF 3º Quadrimestre/2017.

O Município não cumpriu a meta de dívida consolidada líquida estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que será considerado como **Ressalva e Determinação**.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/00, realizou audiência pública para avaliar o cumprimento das metas fiscais nos períodos de fevereiro/2017, maio/2017 e setembro/2017, cujas atas encontram-se no arquivo digital “18 – Atas de Audiências das Metas Fiscais”.

Os Tribunais de Contas, de acordo com o disposto na LRF, no exercício de seu poder-dever de fiscalização da gestão fiscal, emitirão alertas nas seguintes situações:

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

[...]

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Dessa forma, no decorrer do exercício, o TCE emitiu, ao Município de Cantagalo, Alertas quanto ao fato de o Poder Executivo ter ultrapassado, nos 1º e 2º quadrimestres de 2017, o limite prudencial de comprometimento da receita corrente líquida em despesas com pessoal, por meio dos Processos TCE-RJ nº 208.535-4/17 e nº 221.448-0/17, respectivamente.

2.5.4 Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário, que representa a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas no exercício, já excluídos os montantes relativos ao Regime Próprio de Previdência Social, pode ser assim demonstrado:

Tabela 14 - Resultado Orçamentário

Natureza	Consolidado	Regime próprio de previdência	Valor sem o RPPS
Receitas Arrecadadas	83.919.930,02	10.502.220,61	73.417.709,41
Despesas Realizadas	81.315.034,97	12.606.373,96	68.708.661,01
Superávit Orçamentário	2.604.895,05	-2.104.153,35	4.709.048,40

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Anexo 11 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Balanço Orçamentário do RPPS.

2.5.5 Resultado Financeiro

Verifico que a Administração Municipal apresentou um déficit financeiro, não considerado o valor relativo ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Câmara Municipal, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 15 - Apuração do Resultado Financeiro

Descrição	Consolidado (A)	Regime Próprio de Previdência (B)	Câmara Municipal (C)	Valor considerado D = A-B-C
Ativo financeiro	16.673.463,73	10.432.100,82	92.799,65	6.148.563,26
Passivo financeiro	8.222.143,31	1.020.542,15	92.799,65	7.108.801,51
Déficit Financeiro	8.451.320,42	9.411.558,67	0,00	-960.238,25

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado, Balanço Patrimonial do RPPS, e Balanço Patrimonial da Câmara.

Nota: no último ano do mandato serão considerados na apuração do superávit/déficit financeiro eventuais ajustes, tais como, anulação de despesas e cancelamento de restos a pagar indevidos, bem como dívidas firmadas nos dois últimos quadrimestres. Tais ajustes são necessários à avaliação das normas estabelecidas pela LRF ao final do mandato, com destaque para o art. 1º c/c o art. 42, em conformidade com as análises realizadas por este Tribunal nas prestações de contas de término de gestão relativas aos exercícios de 2008, 2012 e 2016.

Concluo, portanto, conforme evidenciado na tabela anterior, que o Município de Cantagalo não alcançou o equilíbrio financeiro necessário ao atendimento do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.

Tal fato será considerado item de **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto, devendo, ainda, o Prefeito Municipal ser **alertado** de que a persistência de déficit financeiro durante a sua gestão poderá acarretar a rejeição das contas no último exercício financeiro do mandato.

2.6 Resultado Patrimonial

O Balanço Patrimonial do exercício de 2017 do Município de Cantagalo encontra-se demonstrado a seguir:

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício atual	Exercício anterior	Especificação	Exercício atual	Exercício anterior
Ativo circulante	19.181.535,56	12.217.638,79	Passivo circulante	4.244.444,78	2.430.956,52
Ativo não circulante	61.863.307,96	60.183.824,34	Passivo não circulante	3.086.610,73	1.829.531,85
Ativo Realizável a Longo Prazo	23.767.595,85	22.521.675,43			
Investimentos			Patrimônio líquido		
Imobilizado	38.095.712,11	37.662.148,91	Total do PL	73.713.788,01	68.140.974,76
Intangível					
Total geral	81.044.843,52	72.401.463,13	Total geral	81.044.843,52	72.401.463,13
Ativo financeiro	16.673.463,73	10.932.202,45	Passivo financeiro	8.222.143,31	4.825.452,51
Ativo permanente	64.371.379,79	61.469.260,68	Passivo permanente	3.084.107,42	1.827.028,54
Saldo patrimonial				69.738.592,79	65.748.982,08

Fonte: Balanço Patrimonial Consolidado.

O resultado patrimonial do exercício de 2017 pode ser demonstrado na forma a seguir disposta:

Tabela 16 - Resultado Patrimonial de 2017

Descrição	Valor - R\$
Variações patrimoniais aumentativas	519.344.962,77
Variações patrimoniais diminutivas	513.061.459,66
Resultado patrimonial de 2017 - Superávit	6.283.503,11

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais – Consolidado.

O resultado patrimonial do exercício, apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais Consolidada, e demonstrado na tabela anterior, diverge do valor registrado no Balanço Patrimonial Consolidado, que é de R\$ 6.078.975,60 (seis milhões, setenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), resultando numa diferença de R\$ 204.527,51 (duzentos e quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais e cinquenta e um centavos), razão pela qual tal divergência será considerada como **Ressalva e Determinação**.

Por fim, a situação patrimonial líquida, apurada ao final do exercício, encontra-se a seguir demonstrada, apurando-se a mesma diferença já mencionada anteriormente:

Descrição	Valor - R\$
Patrimônio líquido (saldo do balanço patrimonial de 2016)	68.140.974,76
Resultado patrimonial de 2017 - Superávit	6.283.503,11
(+) Ajustes de exercícios anteriores	-506.162,35
Patrimônio líquido - exercício de 2017	73.918.315,52
Patrimônio líquido registrado no balanço - exercício de 2017	73.713.788,01
Diferença	204.527,51

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 – processo TCE-RJ nº 205.993-9/17, quadro anterior e Balanço Patrimonial Consolidado.

2.7 Previdência

2.7.1 Resultado Previdenciário

Os regimes de previdência deverão primar pelo equilíbrio previdenciário, conforme determina o art. 1º, *caput*, da Lei nº 9.717/98, podendo ser segmentado em equilíbrio financeiro e em equilíbrio atuarial.

Enquanto o equilíbrio financeiro assegura que as despesas de um exercício serão custeadas com as receitas deste mesmo exercício, de forma a evitar a ocorrência de déficit no curto prazo, o equilíbrio atuarial salvaguarda o regime previdenciário a longo prazo, devendo o fluxo de despesas e receitas ser avaliado a valor presente, por meio de cálculos atuariais.

2.7.1.1 Resultado Financeiro

De acordo com o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos (Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária), constato um resultado financeiro previdenciário deficitário da ordem de R\$ 2.104.153,35 (dois milhões, cento e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 17 - Resultado Previdenciário

Descrição	Valor (R\$)
Receitas previdenciárias	10.502.220,61
Despesas previdenciárias	12.606.373,96
Déficit	-2.104.153,35

Fonte: Balanço Orçamentário do RPPS.

Nota: Estão incluídas as receitas e despesas intraorçamentárias.

Verifico, portanto, que no exercício em tela não houve o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em desacordo com a Lei nº 9.717/98, razão pela qual tal fato será considerado como item de **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto.

2.7.1.2 Resultado Atuarial

O equilíbrio atuarial é alcançado por meio de estudos atuariais periódicos e a adoção de estratégias para a manutenção das situações superavitárias ou da correção do déficit apresentado.

De acordo com o art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, é obrigação dos regimes próprios de previdência a realização de avaliações atuariais a cada balanço, o que corresponde à periodicidade anual.

Em que pese a exigência legal de realização de avaliação atuarial anual ser atribuída aos regimes próprios de previdência, o que recairia, em princípio, ao titular do instituto previdenciário, entendo que, em última análise, tal responsabilidade também deva ser imputada ao Prefeito, tendo em vista que a extrema relevância, para a higidez das contas municipais, da adoção de planos visando ao equilíbrio

atuarial, conclamando, indubitavelmente, a responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.

Dessa forma, não obstante a exigência do cálculo atuarial anual não ter sido objeto da solicitação de documentos que compõem as Contas de Governo Municipais para o exercício de 2017, conforme Anexos à Deliberação TCE-RJ nº 285/18, ressalto que, na Sessão Plenária de 27/09/2018, nos autos do Processo TCE-RJ nº 213.898-3/18, referente à Prestação de Contas de Governo do Município de Macaé, relativas ao exercício de 2017, determinei à SGE que, ao atualizar o rol dos documentos a serem remetidos a esta Corte, para as Prestações de Contas referentes ao exercício de 2019, a serem encaminhadas a esta Corte no exercício de 2020, contemplasse a exigência de documentação comprovando a necessária avaliação atuarial anual, bem como passasse a considerar a situação previdenciária (financeira e atuarial) em suas futuras análises.

Nesse sentido, determinarei a **Expedição de Ofícios** a todos os Municípios jurisdicionados, dirigidos aos Chefes do Poder Executivo Municipal e aos responsáveis pelos Institutos de Previdência dos respectivos Regimes Próprios, **alertando-os** acerca da exigência legal de realização de avaliação atuarial em seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, e de que a ausência de avaliação atuarial anual e/ou a inexistência de medidas para a manutenção do equilíbrio atuarial do RPPS, assim como de estratégias para correção de déficit atuarial apresentado, poderá ensejar a emissão de Parecer Prévio Contrário.

2.7.2 Contribuições Previdenciárias

As contribuições previdenciárias constituem as principais fontes de custeio dos regimes de previdência social, podendo ser do ente federativo (cota patronal) e dos segurados.

2.7.2.1 Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

O montante que deveria ter sido repassado e o valor efetivamente repassado, oriundo das contribuições previdenciárias dos servidores e da parte patronal,

relativas à competência do exercício de 2017, cujos dados foram extraídos do Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS, enviado pelo jurisdicionado, encontra-se demonstrado a seguir:

Tabela 18 - Repasse de Recursos ao RPPS

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	2.126.270,82	2.126.270,82	0,00
Patronal	3.516.917,69	3.516.917,69	0,00
Total	5.643.188,51	5.643.188,51	0,00

Fonte: arquivo digital "59. Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (modelo 23)".

A tabela a seguir demonstra os valores devidos e aqueles efetivamente repassados ao RPPS, exclusivamente da unidade gestora da Prefeitura, cuja responsabilidade pelos repasses recai diretamente sob o Chefe do Executivo:

Tabela 19 - Repasse de Recursos ao RPPS pela Prefeitura

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	1.525.249,80	1.525.249,80	0,00
Patronal	2.412.881,76	2.412.881,76	0,00
Total	3.938.131,56	3.938.131,56	0,00

Fonte: arquivo digital "59. Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RPPS (modelo 23)".

A tavela anterior demonstra que houve o repasse integral ao RPPS das contribuições devidas por parte da Prefeitura.

Em que pese a regularidade das contribuições previdenciárias, entendo oportuno destacar que a avaliação do RPPS, sob os parâmetros da Lei nº 9.717/98, tem como propósito verificar a observância, pelo Chefe do Poder Executivo, das normas de previdência social relativas ao equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário, de modo a garantir a cobertura das necessidades sociais a que o funcionalismo público possa estar suscetível, como doença, acidente, idade avançada etc.

Dessa forma, o não repasse, na data oportuna, das contribuições previdenciárias, sejam elas contribuição de origem dos servidores ou patronal, prejudica o resultado atuarial do Regime de Previdência. As receitas não repassadas deixam de ser investidas e reduzem a capitalização dos ativos do fundo a longo prazo, podendo provocar graves prejuízos financeiros, que serão suportados pelas gerações futuras, e poderão proporcionar atrasos no pagamento dos benefícios dos segurados.

Ademais, a ausência de repasse das contribuições previdenciárias poderá acarretar a necessidade de aportes financeiros do ente federativo para honrar o pagamento dos benefícios previdenciários, aumentando as despesas vinculadas aos gastos com previdência do orçamento público municipal, reduzindo, desta forma, a aplicação de recursos em políticas públicas voltadas ao atendimento das demais demandas da sociedade, tais como educação, saúde, segurança e assistência social.

Isto posto, **em que pese ter havido, no presente caso, o repasse integral das contribuições devidas pela Prefeitura de Cantagalo ao Regime Próprio**, considerando que este Tribunal deve primar não só pela correta aplicação de recursos no presente, mas também pela sustentabilidade intertemporal do regime previdenciário, avaliando os mecanismos legais de gestão fiscal prudentes, utilizados pelo gestor, previstos na Lei nº 9.717/98 e na LRF, farei constar **Comunicação** na conclusão deste Voto, **alertando** o responsável, para que, na Prestação de Contas referente ao exercício de 2018, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2019, o não repasse integral das contribuições previdenciárias ao RPPS (patronais e dos servidores) poderá ensejar a emissão de Parecer Prévio Contrário, devendo, dessa forma, o Município manter-se adimplente quanto ao repasse dos recursos previdenciários ao Fundo de Previdência do Município.

2.7.2.2 Regime Geral de Previdência Social - RGPS

A tabela a seguir demonstra o montante que deveria ter sido repassado e o valor efetivamente repassado, oriundo das contribuições previdenciárias dos servidores e da parte patronal, relativas à competência do exercício de 2017, referentes aos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social:

Tabela 20 - Repasse de Recursos ao RGPS

Contribuição	Valor Devido	Valor Repassado	Diferença
Do Servidor	212.580,14	212.580,14	0,00
Patronal	598.428,32	598.428,32	0,00
Total	811.008,46	811.008,46	0,00

Fonte: arquivo digital "60. Demonstrativo das Contribuições Previdenciárias ao RGPS (modelo 24)".

Nota: foi encaminhado o demonstrativo contribuições previdenciárias ao RGPS referente a Unidade Gestora Prefeitura, não constando no arquivo digital 60 – 26/06/2018 demonstrativo de outra Unidade Gestora.

2.7.3 Certificado de Regularidade Previdenciária

De acordo com o Certificado de Regularidade Previdenciária (arquivo digital anexado em 08/08/2018 – Emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP), obtido mediante pesquisa realizada no site <http://www.previdencia.gov.br>, o Município de Cantagalo encontra-se em situação regular, tendo sido emitido em 02/04/2018, com validade que se estenderá até 29/09/2018.

Entretanto, o douto Ministério Público Especial teceu as seguintes considerações:

De acordo com o "Extrato Externo de Irregularidades dos Regimes Previdenciários", disponível nesta data no site do MPS, a previdência municipal apresenta a seguinte irregularidade:

EXTRATO EXTERNO DE IRREGULARIDADE DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS
Município de Cantagalo - RJ

CRP VIGENTE: Nº 985821-163777, emitido em 02/04/2018, **estará vigente** até 29/09/2018.

Regime Vigente: Próprio

Critério	Situação	Informações	Fundamentação Legal
Equilíbrio Financeiro e Atuarial - Encaminhamento NTA, DRAA e resultados das análises	Irregular	- Exigido desde 01/10/2005	Lei 9.717/98, arts.1º, caput e 9º; Port. 204/08, art.5º, II, XVI, b e i; Port.402/08, arts. 8º e 9º

*Assinalo que o deficit financeiro previdenciário do exercício, no valor de R\$ 2.104.153,35, **repercuta negativamente nas presentes contas**, tendo em vista evidenciar que, no exercício em exame, o RPPS municipal não observou, integralmente, os ditames da Lei nº 9.717/98.*

Todavia, considerando que o RPPS municipal manteve a situação de regularidade em todo o exercício de 2017, de acordo os critérios exigidos pelo MPS para fins de emissão do CRP, e que as contribuições previdenciárias foram integralmente recolhidas à sua unidade gestora e, ainda, em

*homenagem aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, o descumprimento da Lei nº 9.717/98, **neste caso concreto, não será reputado como irregularidade**, mas como **item de ressalva** das contas, nos termos propostos pela instrução técnica.*

Com relação ao atual critério irregular constante no “Extrato Externo de Irregularidades dos Regimes Previdenciários”, acima reproduzido, será objeto Comunicação ao atual Prefeito do Município de Cantagalo para adoção de providências no sentido de atender as normas pertinentes ao RPPS.

Desta forma, acompanhando o entendimento do MPE, farei constar item de **Comunicação** ao atual Prefeito Municipal de Cantagalo, para que adote as providências necessárias ao atendimento das normas do RPPS.

2.7.4 Das Auditorias Realizadas

No exercício de 2017, foi realizada, por meio da Coordenadoria de Auditorias Temáticas e Operacional (CTO), auditoria em todos os 76 (setenta e seis) RPPS atualmente existentes nos Municípios do Estado do RJ.

Os Achados desta auditoria foram relacionados no Processo TCE-RJ nº 225.720-4/17 e reunidos num documento intitulado “Ficha de Apuração de Inconsistência” para cada RPPS.

A análise do RRPS do Município de Cantagalo, referente ao exercício de 2017, cujo resultado encontra-se demonstrado na ficha de apuração de inconsistências (arquivo digital anexado em 08/08/2018), não identificou divergências na entrega dos documentos à Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda.

2.8 Limites Constitucionais e Legais

2.8.1 Receita Corrente Líquida (RCL)

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)³, a Receita Corrente Líquida possui como objetivo principal:

Servir de parâmetro para o montante da reserva de contingência e para os limites da despesa total com pessoal, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por Antecipação de Receita orçamentária e das garantias do ente da Federação. Os limites foram estabelecidos em parte pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, em parte por Resoluções do Senado Federal.

De acordo com os Demonstrativos Contábeis encaminhados, a Receita Corrente Líquida do exercício de 2017 foi a seguinte:

Tabela 21 - Cálculo da Receita Corrente Líquida

Especificação	Total (últimos 12 meses) R\$
(A) Receitas Correntes	86.655.769,93
Receita Tributária	5.818.858,39
Receita de Contribuições	2.983.303,26
Receita Patrimonial	1.495.813,21
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	0,00
Transferências Correntes	74.867.815,09
Outras Receitas Correntes	1.489.979,98
(B) Deduções	13.054.356,17
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	2.232.660,73
Compensação Financ. entre Reg. Previd	950.605,48
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	9.871.089,96
(C) Receita Corrente Líquida (A-B)	73.601.413,76
(D) RCL registrada no Anexo 1 do RGF	73.602.293,40
(F) Divergência entre a RCL apurada e o RGF (C - D)	-879,64

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e processo TCE-RJ nº 203.473-7/18 - RGF 3º Quadrimestre/2017.

Conforme tabela anterior, o valor apurado apresenta ínfima divergência em relação ao valor demonstrado no Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 3º quadrimestre de 2017, a qual poderá ser relevada, dada sua manifesta imaterialidade.

³ 7ª edição (válido a partir do exercício de 2017);

2.8.2 Dívida Consolidada ou Fundada

De acordo com a Resolução nº 40/01 do Senado Federal, a Dívida Consolidada Líquida dos Municípios não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, sob pena de o ente ter que se sujeitar às disposições do art. 31⁴ da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A situação do Município com relação à Dívida Consolidada está demonstrada na seguinte tabela:

Tabela 22 - Evolução da Dívida Consolidada

Especificação	2016	2017		
	3º Qdm	1º Qdm	2º Qdm	3º Qdm
Valor da dívida consolidada	1,10	0,00	0,00	0,00
Valor da dívida consolidada líquida	- 1.354.094,20	-7.492.424,90	-6.704.092,50	-3.571.541,40
% da dívida consolidada líquida s/ a RCL	-1,89%	-10,33%	-9,07%	-4,85%

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 - processo TCE-RJ nº 205.993-9/17 e processo TCE-RJ nº 203.473-7/18, RGF – 3º quadrimestre de 2017.

Conforme verificado na tabela acima, tanto no exercício anterior, como em todos os quadrimestres de 2017, o limite previsto no art. 3º, inciso II, da Resolução nº 40/01 do Senado Federal – 120% da RCL – foi respeitado pelo Município.

Ressalto que, em relação aos valores negativos, o Corpo Instrutivo, na análise do RGF do 3º quadrimestre/2017 (em tramitação neste Tribunal) esclareceu tratar-se de falha no lançamento dos dados referentes aos restos a pagar, o que ensejou, naquele relatório, sugestão de Determinação para que tal falha não mais ocorra.

⁴ Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

2.8.3 Regra de Ouro

De acordo com o art. 167, inciso III, da Constituição Federal, é vedada, com algumas exceções, a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital.

A Resolução nº 43/01 do Senado Federal, por sua vez, determina que a contratação de operações de crédito interno e externo dos Municípios deverá respeitar os seguintes limites:

Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão, ainda, os seguintes limites:

I - o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da receita corrente líquida, definida no art. 4º;

II - o comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá exceder a 11,5% (onze inteiros e cinco décimos por cento) da receita corrente líquida;

Conforme o Demonstrativo das Operações de Crédito (Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal), do 3º quadrimestre de 2017, constato que o Município não contraiu operações de crédito no exercício.

2.8.4 Limite para Operação de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária

Em consulta ao Demonstrativo das Operações de Crédito (Anexo 4 do Relatório de Gestão Fiscal), do 3º quadrimestre de 2017, constato que o Município não contraiu operações de crédito por antecipação de receita no exercício.

2.8.5 Limite para Concessão de Garantia

Conforme o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores (Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal), do 3º quadrimestre de 2017, o Município não concedeu garantia em operações de crédito.

2.8.6 Despesas com Pessoal

A apuração das despesas com pessoal é feita nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e, em caso de não observância aos percentuais legalmente fixados, este Tribunal emite Alerta ao jurisdicionado, na forma do art. 59, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.

O percentual aplicado com pessoal do Poder Executivo Municipal está representado na tabela a seguir, conforme Demonstrativos da Despesa com Pessoal (Anexo I do RGF), ressaltando que a verificação dos limites dos gastos com agentes políticos será efetuada quando da análise das Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesas:

Tabela 23 - Percentual Aplicado em Despesa de Pessoal

Descrição	Quadrimestres de 2016			Quadrimestres de 2017		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º
Poder executivo	55,89%	55,67%	55,80%	53,34%	53,66%	52,50%

Nota 1: no exame do RGF - 2º Quadrimestre de 2017, foi observada uma dedução à despesa total com pessoal no montante de R\$11.058.957,80, a título de despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, sendo que foi apurado na análise do referido relatório que esse valor não poderia ultrapassar R\$9.116.618,60 e assim a despesa líquida com pessoal atingiria 56,29% da RCL, acima do limite. Ressalte-se que o relatório em questão não obteve decisão definitiva, encontrando-se na fase do contraditório e ampla defesa;

Nota 2: no exame do RGF - 3º Quadrimestre de 2017, foi observada uma dedução à despesa total com pessoal no montante de R\$12.017.282,70, a título de despesas com inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados, sendo que foi apurado na análise do referido relatório que esse valor não poderia ultrapassar R\$9.914.963,90 e assim a despesa líquida com pessoal atingiria 54,54% da RCL, acima do limite. Ressalte-se que o relatório em questão não obteve decisão definitiva, encontrando-se na fase do contraditório e ampla defesa.

As despesas com pessoal do Poder Executivo municipal observaram o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL previsto no art. 20, inciso III, alínea “b”, da LRF.

As despesas com pessoal, no período analisado, evidenciam uma redução de 3,18% (três vírgula dezoito por cento) em relação às despesas do exercício anterior, como demonstrado:

Tabela 24 - Despesas com Pessoal

Descrição	3º Qdm/16	1º Qdm/17	2º Qdm/17	3º Qdm/17
Valor - R\$	39.907.006,40	38.702.453,80	39.685.504,80	38.638.724,80
Variação em relação ao quadrimestre anterior	—	-3,02%	2,54%	-2,64%

Redução da despesa em relação ao exercício de 2016	-3,18%
---	--------

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 - processo TCE-RJ nº 205.993-9/17, e processos TCE-RJ n.ºs 208.535-4/17, 221.448-0/17 e 203.473-7/18, RGF – 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2017.

Considerando que o limite com as despesas com pessoal é apurado em razão da Receita Corrente Líquida (RCL) arrecadada no período, foi realizada uma comparação entre o crescimento dos gastos com pessoal e o desempenho da RCL, conforme segue:

Tabela 25 - Desempenho – RCL versus DP

Descrição	RCL	Despesa com pessoal
Variação do exercício de 2016 em relação a 2015	-2,13%	1,29%
Variação do exercício de 2017 em relação a 2016	2,92%	-3,18%

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 - processo TCE-RJ nº 205.993-9/17 e quadros anteriores.

Em que pese a redução das despesas com pessoal no período analisado, observo que o Município atingiu o limite prudencial previsto na LRF, o que será considerado a título de **Determinação** na conclusão deste Voto, para que o Chefe do Poder Executivo adote as medidas necessárias à contenção e à redução das despesas com pessoal, ressaltando que o Município já se encontra sob as vedações previstas no art. 22, parágrafo único, da LRF.

2.8.7 Educação

2.8.7.1 Aspectos das Despesas

Conforme o art. 212 da Constituição Federal, os Municípios aplicarão, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE). A Emenda Constitucional nº 53/06 e a Lei nº 11.494/07 criaram e regulamentaram o Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, que substituiu o Fundef a partir do exercício de 2007.

De acordo com o art. 22 da Lei nº 11.494/07, uma proporção não inferior a 60% (sessenta por cento) do Fundeb será destinada ao pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício.

Destacam-se a seguir alguns aspectos importantes que deverão ser observados quando da apuração para o atendimento ao limite com educação:

- a) a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – estabelece em seus arts. 70 e 71, respectivamente, as despesas que podem e que não podem ser consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino, donde conclui-se que somente devem ser computadas aquelas que, de alguma forma, contribuam para o seu aprimoramento;
- b) as despesas com alimentação custeadas pelo Município com recursos próprios serão consideradas para fins de apuração do limite com educação, consoante decisão proferida no Processo TCE-RJ nº 261.276-8/01;
- c) as despesas com educação realizadas em funções e/ou subfunções atípicas somente serão acolhidas como despesas em manutenção e desenvolvimento do ensino quando demonstrarem, inequivocamente, que estes gastos fazem parte do conjunto de dispêndios que corroboram para a atividade escolar regular e, sobretudo, para a manutenção do aluno em sala de aula;
- d) as despesas que podem ser custeadas com os recursos do Fundeb são as efetuadas nas etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica dentro do âmbito de atuação prioritária do Município, educação infantil e ensino fundamental, conforme estabelecido no art. 211 da Constituição Federal;
- e) em relação aos recursos do Fundeb, estão vedadas despesas não consideradas como de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segundo o estabelecido no art. 71 da Lei nº 9.394/96, e sua utilização como garantia ou contrapartida de operações de crédito que não se destinem ao financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, de acordo com o art. 23 da Lei nº 11.494/07;

- f) serão expurgados os empenhos registrados na função 12, vinculados ao ensino fundamental e infantil, que, por meio do relatório das despesas com educação, extraído do Sistema Integrado de Gestão Fiscal (Sigfis), indiquem que seu objeto não é relativo à educação, de acordo com a Lei nº 9.394/96, ou que, mesmo tendo por objeto gastos com educação, não se refiram ao exercício financeiro da presente Prestação de Contas, como, por exemplo, despesas de exercícios anteriores.

Reputo oportuno destacar as alterações na metodologia deste Tribunal no que tange à análise das Prestações de Contas de Governo, especificamente no que se refere à apuração do montante da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme passo a discorrer.

Para as Prestações de Contas do exercício de 2018, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2019, as despesas relativas a pagamento de proventos aos inativos da Educação, quando custeadas com recursos do Tesouro Municipal, não serão consideradas no cômputo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento) de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, em consonância com a metodologia empregada pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).

Isso porque o Plenário desta Corte, quando da análise das Contas de Governo Municipais de 2015, com o intuito de estabelecer razoável prazo de transição, informou aos Municípios jurisdicionados que deixará de computar, a título de manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), as despesas com inativos custeadas com recursos do Tesouro Municipal, no que tange às contas referentes ao exercício de 2018, a serem apreciadas em 2019.

Para as Prestações de Contas de Governo referentes ao exercício de 2019, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2020, o Plenário, abrangendo a metodologia proposta pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), especificada no Manual dos Demonstrativos Fiscais, mantendo, ainda, a restrição prevista para a despesa com inativos, considerará, para aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, apenas as despesas liquidadas e os restos a pagar não processados (despesa não liquidada) do exercício que possuam disponibilidade de caixa devidamente comprovada, relativos a impostos e

transferências de impostos, acrescidos do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb.

Dessa forma, com o propósito de exercer função orientadora, o Plenário desta Corte, quando do exame das Contas de Governo dos Municípios referentes ao exercício de 2016, decidiu pela Comunicação a todos os Municípios, alertando-os acerca desta mudança de metodologia.

Já no que refere às Prestações de Contas de Governo referentes ao exercício de 2020, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2021, nos termos da Consulta objeto do Processo TCE-RJ nº 100.797-7/18, formulada pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Plenário desta Corte firmou a tese de que o Estado do Rio de Janeiro e todos os Municípios jurisdicionados deverão computar, a título de manutenção e desenvolvimento do ensino, para fins de aferição do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, somente as despesas pagas.

Por fim, nos termos da Consulta objeto do Processo TCE-RJ nº 200.420-9/18, o Plenário desta Corte, revendo entendimento sobre o enquadramento de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, firmou a tese de que, para as Prestações de Contas referentes ao exercício de 2020, a serem apreciadas por esta Corte no exercício de 2021, as despesas com aquisição de uniformes e afins, custeadas pelo Município, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, são consideradas despesas de natureza assistencial, razão pela qual não mais poderão ser consideradas no cálculo da base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento), consignado no art. 212 da Constituição Federal, assim como não poderão mais ser financiadas com recursos do Fundeb.

Ressalto, portanto, que a metodologia até então adotada por esta Corte de Contas, para aferição dos gastos realizados na manutenção e desenvolvimento do ensino, será sistematicamente alterada nas próximas Prestações de Contas de Governo, razão pela qual farei constar, na **Comunicação** dirigida ao atual Prefeito Municipal, item **alertando-o** acerca da adoção das novas metodologias, rememorando, quanto ao exercício de 2018, em curso, que o jurisdicionado já foi

reiteradamente alertado, nas Prestações de Contas anteriores, acerca da mudança de metodologia atinente à impossibilidade de cômputo das despesas com inativos.

O quadro a seguir sintetiza todas as mudanças de metodologia mencionadas acima, no que tange à apuração do cumprimento do mínimo constitucional em ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. Confira-se:

Tabela 26 – Contas de Governo: Alteração de Metodologia nas Despesas com Educação

Exercício 2018, a serem encaminhadas em 2019	Exercício 2019, a serem encaminhadas em 2020	Exercício 2020, a ser encaminhada em 2021
Não será mais aceita a despesa com inativos da Educação custeada com recursos do Tesouro Municipal na aferição do limite mínimo previsto no art. 212 da CF/88 (metodologia da STN).	Somente serão consideradas as despesas liquidadas e os restos a pagar não processados (despesas não liquidadas) do exercício, que possuam disponibilidade de caixa, devidamente comprovados, relativos a impostos e transferências de impostos, acrescidos do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, na aferição do limite mínimo previsto no art. 212 da CF/88 (metodologia da STN).	Somente serão consideradas as despesas efetivamente pagas no exercício, na aferição do limite mínimo previsto no art. 212 da CF/88 (tese firmada por este Tribunal nos autos da Consulta formulada pela ALERJ, Processo TCE-RJ nº 100.797-7/18). As despesas com aquisição de uniformes e afins, custeadas pelo Município, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, são consideradas despesas de natureza assistencialista e não serão mais consideradas no cômputo da base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (Consulta objeto do Processo TCE-RJ nº 200.420-9/18).

2.8.7.2 Da Verificação do Enquadramento das Despesas

Objetivando verificar a adequação das despesas aos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/96, foram considerados os dados encaminhados pelo Município por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal (Sigfis).

O valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (Sigfis) encontra-se de acordo com o valor registrado pela Contabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 27 - Despesas com Educação: Município versus Sigfis

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	16.796.349,21
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	16.796.349,21
Diferença	0,00

Fonte: Anexo 8 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Relatório Analítico Educação.

A verificação da adequação das despesas aos arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/96 foi efetuada por meio de técnica de amostragem aplicada no banco de dados fornecido pelo Município por meio do Sigfis, na qual foram verificadas 96,87% do valor total das despesas com educação empenhadas com recursos próprios e Fundeb. A relação destes empenhos consta no “Relatório Analítico Educação”.

Nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da educação.

2.8.7.3 Do Valor Total das Despesas Realizadas com Educação

Segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais, o Anexo 8 do RREO, que trata do Demonstrativo das Receitas e Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, apresentará:

- a) as receitas resultantes dos impostos e transferências destinados à MDE, constituídos por receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências⁹⁸, e as despesas com ações típicas de MDE.*
- b) as fontes adicionais para o financiamento da educação, como por exemplo a contribuição social do salário-educação, as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, as transferências de convênios, as operações de crédito e a aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados à educação, bem como as despesas custeadas por estas fontes;*
- c) informações relativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, tais como as receitas a ele*

destinadas e por ele recebidas, a complementação da União, as despesas com profissionais do magistério e o controle da utilização de recursos no exercício subsequente;

d) outras informações para controle, tais como os restos a pagar inscritos com disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados à educação e o fluxo financeiro dos recursos destinados à educação;

No exercício de 2017, o Município aplicou recursos na educação no total de R\$ 16.796.349,21 (dezesesseis milhões, setecentos e noventa e seis mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos). A seguir, demonstra-se o montante das despesas realizadas discriminadas por fonte de recurso:

Tabela 28 - Demonstrativo do Total das Despesas Realizadas com MDE - Função 12

Subfunção	Fonte de recursos - R\$					Total R\$
	Impostos	Fundeb	Royalties	FNDE	Demais fontes	
361 - Ensino Fundamental	5.214.479,06	7.792.988,75	0,00	1.366.502,92	18.173,57	14.392.144,30
362 - Ensino Médio	115.107,75	0,00	112.298,88	0,00	0,00	227.406,63
363 - Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
364 - Ensino Superior	85.876,45	0,00	273.758,00	0,00	0,00	359.634,45
365 - Educação Infantil	1.298.749,01	98.424,78	0,00	0,00	99.163,21	1.496.337,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	3.962,26	0,00	0,00	0,00	0,00	3.962,26
367 - Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
122 - Administração Geral	316.864,57	0,00	0,00	0,00	0,00	316.864,57
306 - Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	7.035.039,10	7.891.413,53	386.056,88	1.366.502,92	117.336,78	16.796.349,21
Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	0,00				0,00
Exclusão do Sigfis	0,00	0,00				0,00
Total ajustado	7.035.039,10	7.891.413,53	386.056,88	1.366.502,92	117.336,78	16.796.349,21
Percentual Aplicado por Fonte de Recurso em Relação às Despesas	41,88%	46,98%	2,30%	8,14%	0,70%	100,00%

Fonte: Anexo 8 consolidado da Lei nº 4.320/64, Quadro C.1, Documento de Cancelamentos de RP ou Documento de Cancelamentos de RP e Relatório Analítico Educação.

2.8.7.4 Aplicação do Percentual Mínimo

De acordo com o previsto no art. 212 da Constituição Federal, os Municípios aplicarão, anualmente, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, das receitas resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

A seguir, apresenta-se o cálculo do percentual aplicado pelo Município para fins de análise do cumprimento do limite estabelecido pela Constituição Federal.

Tabela 29 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE

FONTE DE RECURSOS: IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS		
Modalidades de Ensino	Subfunção	Valor - R\$
Ensino fundamental	361 - Ensino fundamental (A)	5.214.479,06
Educação infantil	365 - Ensino infantil (B)	1.298.749,01
Educação jovens e adultos (Consideradas no ensino fundamental)	366 - Educação jovens e adultos (C)	3.962,26
Educação especial (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	367 - Educação especial (D)	0,00
Demais subfunções atípicas (Consideradas no Ensino Fundamental e Infantil)	122 - Administração (E)	
	306 - Alimentação (F)	0,00
	Demais subfunções (G)	0,00
Subfunções típicas da educação registradas em outras funções	(H)	
(I) Total das despesas com ensino (A + B + C + D + E + F + G + H)		6.517.190,33
(J) Valor repassado ao Fundeb		9.871.089,96
(K) Total das despesas registradas como gasto em educação (I + J)		16.388.280,29
(L) Dedução do Sigfis/BO		0,00
(M) Dedução de restos a pagar dos exercícios anteriores		0,00
(N) Total das despesas consideradas para fins de limite constitucional (K - L - M)		16.388.280,29
(O) Receita resultante de impostos		55.711.051,58
(P) Percentual alcançado (limite mínimo de 25,00% - art. 212 da CF/88) (N/Ox100)		29,42%

Fonte: Quadro C.1, Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Documento de Cancelamentos de RP Documento de Cancelamentos de RP e Relatório Analítico Educação.

Pelo demonstrado na tabela anterior, constata-se que o Município cumpriu o limite estabelecido no art. 212 da Constituição Federal.

2.8.7.5 Fundeb

O Fundeb, fundo especial de natureza contábil, foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/06, que alterou o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, e encontra-se regulamentado pela Lei nº 11.494/07.

Com vigência até 2020, é um fundo de âmbito estadual, com aplicação exclusiva na educação básica, sendo formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal e, a título de complementação, por recursos federais, quando, na esfera de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente.

Ressalto que o Plenário desta Corte, em Sessão realizada em 12/12/2017, relativa à Prestação de Contas de Governo do exercício de 2016, Processo TCE-RJ nº 205.993-9/17, determinou que o Município de Cantagalo providenciasse o ressarcimento do montante de R\$ 74.642,50 (setenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), à conta do Fundeb, a fim de se resgatar o equilíbrio financeiro da conta, em atendimento aos preceitos da Lei nº 11.494/07, especialmente do seu art. 21.

Da análise efetuada, constato que o ressarcimento foi efetivado (conforme demonstra o extrato bancário, arquivo digital “35 - Extratos Bancários do FUNDEB”).

2.8.7.5.1 Recursos Recebidos do Fundeb

No exercício de 2017, o Município registrou como receitas transferidas pelo Fundeb o montante de R\$ 7.896.503,44 (sete milhões, oitocentos e noventa e seis mil, quinhentos e três reais e quarenta e quatro centavos), correspondente aos recursos repassados, acrescidos do valor das aplicações financeiras, conforme tabela a seguir:

Tabela 30 - Receitas do Fundeb

Natureza	Valor - R\$
Transferências multigovernamentais	7.874.298,99
Aplicação financeira	22.204,45
Complementação financeira da União	0,00
Total das Receitas do Fundeb	7.896.503,44

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

O montante demonstrado pela Contabilidade guarda paridade com o valor informado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme tabela a seguir:

tabela 31 - Contabilização do Fundeb: Município versus STN

Descrição	Valor - R\$
(A) Transferências recebidas contabilizadas pelo Município	7.874.298,99
(B) Valor informado pela STN	7.874.298,99
(C) Diferença (A-B)	0,00

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Transferência FUNDEB.

2.8.7.5.2 Resultado do Fundeb

Comparando o valor recebido do Fundeb com a contribuição realizada pelo Município para a formação do Fundeb, verifico que o Município perdeu recursos, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 32 - Resultado das Transferências do Fundeb

Descrição	R\$
Valor das transferências recebidas do Fundeb	7.874.298,99
Valor da contribuição efetuada pelo Município ao Fundeb	9.871.089,96
Diferença (perda de recursos)	-1.996.790,97

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/.

2.8.7.5.3 Pagamento dos Profissionais do Magistério

De acordo com o art. 22 da Lei nº 11.494/07, do montante dos recursos recebidos do Fundeb, acrescido das aplicações financeiras, os Municípios deverão aplicar, no mínimo, 60% (sessenta por cento) no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação.

A tabela a seguir demonstra que o Município aplicou, no exercício de 2017, 92,23% (noventa e dois vírgula vinte e três por cento) dos recursos recebidos do Fundeb no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, cumprindo, portanto, o disposto do art. 22 da Lei nº 11.494/07:

Tabela 33 - Pagamento da Remuneração dos Profissionais do Magistério

(A) Total registrado como pagamento dos profissionais do magistério	7.283.191,43
(B) Dedução do Sigfis relativo aos profissionais do magistério	0,00
(C) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores - magistério	0,00
(D) Total apurado referente ao pagamento dos profissionais do magistério (A - B - C)	7.283.191,43
(E) Recursos recebidos do Fundeb	7.874.298,99
(F) Aplicações financeiras do Fundeb	22.204,45
(G) Complementação de recurso da União	0,00
(H) Total dos recursos do Fundeb (E + F + G)	7.896.503,44
(I) Percentual do Fundeb na remuneração do magistério do ensino básico (mínimo 60,00% - art. 22 da Lei nº 11.494/07) (D/H)x100	92,23%

Fonte: Quadro D.1 e Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

2.8.7.5.4 Aplicação Mínima de 95% dos Recursos do Fundeb

O art. 21 da Lei nº 11.494/07 determinou a aplicação mínima de 95% (noventa e cinco por cento) dos recursos recebidos do Fundeb, incluindo o resultado das aplicações financeiras, no próprio exercício, sendo que os 5% (cinco por cento) restantes deverão ser aplicados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

De acordo com o apurado na tabela a seguir, o Município de Cantagalo utilizou 99,94% (noventa e nove vírgula noventa e quatro por cento) dos recursos do Fundeb no exercício de 2017, cumprindo o disposto no art. 21 da Lei nº 11.494/07:

Tabela 34 - Cálculo das Despesas Empenhadas com Recursos do Fundeb

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$	Valor - R\$
(A) Recursos recebidos a título de Fundeb no exercício			7.874.298,99
(B) Receita de aplicação financeira dos recursos do Fundeb			22.204,45
(C) Total das receitas do Fundeb no exercício (A + B)			7.896.503,44
(D) Total das despesas empenhadas com recursos do Fundeb no exercício		7.891.413,53	
(E) Superávit financeiro do Fundeb no exercício anterior		0,00	
(F) Despesas não consideradas		0,00	
i. Exercício anterior	0,00		
ii. Desvio de finalidade	0,00		

iii. Outras despesas	0,00	
(G) Déficit financeiro do Fundeb no exercício	0,00	
(H) Cancelamentos de restos a pagar de exercícios anteriores	0,00	
(I) Total das despesas consideradas como gastos do Fundeb no exercício (D - E - F - G - H)		7.891.413,53
(J) Percentual alcançado (mínimo = 95%) (I/C)		99,94%

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64, Quadro C.1, Documento de Cancelamentos de RP, Documento de Cancelamentos de RP e Relatório Analítico Educação e prestação de contas de governo de 2016 - processo TCE-RJ nº 205.993-9/17.

2.8.7.5.5 Resultado Financeiro do Fundeb para o Exercício de 2018

Considerando que o resultado financeiro para o exercício seguinte, verificado em 31/12/2017, pode não representar, necessariamente, a diferença entre as receitas recebidas e as despesas empenhadas, tendo em vista que outras movimentações podem impactá-lo ao final do exercício, tais como ressarcimento financeiro creditado na conta do Fundeb, cancelamentos de passivos etc., a análise do resultado financeiro, para o exercício de 2018, foi realizada da seguinte forma:

Tabela 35 - Resultado Financeiro do Fundeb para o Exercício de 2018

Descrição	Valor - R\$
Superávit financeiro do Fundeb no exercício de 2016	-74.642,50
(+) Receita do Fundeb recebida em 2017	7.874.298,99
(+) Receita de aplicação financeira do Fundeb de 2017	22.204,45
(+) Ressarcimento efetuado à conta do Fundeb em 2017 (1)	74.642,50
(+) Créditos outros (depósitos, transferências, etc) em 2017 (2)	0,00
(+) Cancelamento de passivo financeiro (RP, Outros) efetuados em 2017	0,00
= Total de recursos financeiros em 2017	7.896.503,44
(-) Despesas empenhadas do Fundeb em 2017	7.891.413,53
= Superávit Financeiro Apurado em 31/12/2017	5.089,91

Fonte: prestação de contas de governo de 2016 - processo TCE-RJ nº 205.993-9/17, Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64, Quadro C.1, Quadro D.3 e cancelamentos de passivos.

Nota 1: Ressarcimento de R\$74.642,50 à conta do Fundeb em 21/02/17, em atendimento à decisão plenária ao processo TCE RJ nº 205.993-9/17.

O superávit financeiro para o exercício de 2018, apurado na tabela anterior, de R\$ 5.089,91 (cinco mil, oitenta e nove reais e noventa e um centavos), diverge do valor registrado pelo Município no Balancete, de R\$ 28.694,47 (vinte e oito mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos) – arquivo digital “33 – Balancete Contábil de Verificação do FUNDEB – Quadro D.2, Modelo 13” –, apontando uma diferença no montante de R\$ 23.604,56 (vinte e três mil, seiscentos

e quatro reais e cinquenta e seis centavos), razão pela qual tal fato será considerado como **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto.

O parecer do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (arquivo digital anexado em 02/04/2018) sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo concluiu por parecer favorável, conforme previsto no art. 24 c/c o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 11.494/07.

Oportunamente, observo que o cadastro do Conselho do Fundeb consta como regular junto ao Ministério da Educação (MEC), conforme consulta efetuada ao *site* daquele órgão (arquivo digital anexado em 08/08/2018).

2.8.8 Saúde

2.8.8.1 Das Ações e Serviços Públicos de Saúde

O art. 198, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, c/c o art. 7º da Lei Complementar nº 141/2012, estabeleceu, para os Municípios, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) da arrecadação de impostos e transferências para aplicação em ações e serviços públicos de Saúde (ASPS).

Segundo a referida Lei Complementar, serão consideradas, para fins de apuração da aplicação dos recursos mínimos, as despesas em ações e serviços públicos de saúde voltados para a promoção, proteção e recuperação da saúde que atendam, simultaneamente, aos princípios estatuídos no art. 7º da Lei nº 8.080/90.

O art. 3º destaca as despesas em ações e serviços públicos de saúde que serão computadas para efeito de apuração da aplicação dos recursos mínimos, enquanto o art. 4º estabelece aquelas que não serão computados como despesas em ações e serviços públicos de saúde.

No que concerne à apuração do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde, segundo o art. 24 da Lei Complementar nº 141/12, deverão ser consideradas:

I – as despesas liquidadas e pagas no exercício; e

II – as despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite das disponibilidades de caixa ao final do exercício, consolidadas no Fundo de Saúde.

A Lei Complementar não menciona as despesas liquidadas não pagas. Não obstante, essas despesas devem compor o cálculo do limite mínimo legal, visto ser este o critério utilizado pelo Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops) criado pelo Ministério da Saúde, bem como ser esta a metodologia aplicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme estabelece a Portaria nº 403/16, que aprovou a 7ª Edição do Manual de Demonstrativos Fiscais, o qual dispõe no subtítulo “03.12.04.01 Limites”:

Para efeito de cálculo dos recursos mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde serão consideradas as despesas:

I – empenhadas e pagas no exercício de referência;

II – empenhadas, liquidadas e não pagas, inscritas em Restos a Pagar processados no exercício de referência; e

III - empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar até o limite da disponibilidade de caixa do exercício de referência.

Importa, ainda, ressaltar que, na fase de liquidação, os bens e os serviços públicos de saúde já foram devidamente entregues e colocados à disposição da sociedade. Assim, como já mencionado, serão considerados, nesta análise, o total das despesas liquidadas e, ainda, os restos a pagar não processados (despesa não liquidada) que possuam disponibilidades de caixa de impostos e transferências de impostos.

Isto posto, demonstra-se, a seguir, a análise do cumprimento do limite mínimo de aplicação de recursos em ações e serviços de saúde, observando o regramento trazido pela Lei Complementar nº 141/12.

2.8.8.2 Da verificação do Enquadramento das Despesas de Acordo com a Lei Complementar nº 141/12

Inicialmente, destaco que o valor total das despesas evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal (Sigfis) diverge do valor registrado contabilmente na função 10 – Saúde. Entretanto, como tal diferença não compromete a análise,

consignarei tal divergência como **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto:

Tabela 36 - Gasto com Saúde: Sigfis versus Anexo 8 da Lei nº 4.320/64

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	23.316.943,42
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	23.320.783,42
Diferença	-3.840,00

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 e Relatório Analítico Saúde.

A verificação da adequação das despesas aos arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 141/12 foi efetuada por meio de técnica de amostragem aplicada no banco de dados fornecido pelo próprio Município por meio do Sigfis, na qual foram verificados 95,62% (noventa e cinco vírgula sessenta e dois por cento) do valor total das despesas com saúde empenhadas com recursos próprios. A relação destes empenhos consta no Relatório Analítico Saúde (arquivo digital anexado em 08/08/2018).

Nenhum ajuste foi efetuado, uma vez que não foram identificadas, nos históricos constantes do relatório extraído do sistema, despesas cujo objeto não deve ser considerado para a apuração do cumprimento dos limites da saúde.

2.8.8.3 Das Despesas em Ações e Serviços Públicos de Saúde

As despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) detalhadas por grupo de natureza de despesas e as respectivas deduções, indicando, dessa forma, o total gasto pelo Município na saúde e o total considerado para fins de limite, de acordo com os cálculos do Corpo Instrutivo, são as seguintes:

Tabela 37 - Gastos com Saúde por Natureza de Despesa

Descrição	Valor - R\$	
	Despesas liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
Despesas gerais com saúde		
(A) Despesas correntes	22.227.834,79	500.779,60
Pessoal e Encargos Sociais	11.846.163,12	7.950,00

Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.381.671,67	492.829,60
(B) Despesas de capital	300.344,28	291.824,75
Investimentos	300.344,28	291.824,75
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
(C) Total (A+B)	22.528.179,07	792.604,35
(D) Total das despesas com saúde	23.320.783,42	

Despesas com saúde não computadas para fins de apuração do percentual mínimo	Despesas Liquidadas	Despesas não liquidadas (RP não processados)
(E) Despesas com inativos e pensionistas	0,00	0,00
(F) Despesa com assistência à saúde que não atende ao princípio de acesso universal	0,00	0,00
(G) Despesas custeadas com outros recursos	6.445.260,90	513.065,89
Recursos de transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	5.549.255,65	221.241,14
Recursos de operações de crédito	0,00	0,00
Outros Recursos	896.005,25	291.824,75
(H) Outras ações e serviços não computados	0,00	0,00
(I) Restos a pagar não processados inscritos no exercício sem disponibilidade de caixa (fonte impostos e transferências)	NA	279.538,46
(J) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores, com disponibilidade de caixa	0,00	0,00
(K) Total (E+F+G+H+I+J)	6.445.260,90	792.604,35
(L) Total das despesas com saúde não computadas	7.237.865,25	

(M) Despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite (C-K)	16.082.918,17	0,00
(N) Total das despesas com ações e serviços públicos de saúde para fins de limite	16.082.918,17	

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64, Quadro E.1, Quadro E.2, Quadro E.3 e cancelamento de RP.

Nota: o Município inscreveu o montante de R\$279.538,46 em restos a pagar não processados, sem a devida disponibilidade de caixa, depois de deduzidas as outras obrigações, conforme balancete (quadro E3). Dessa forma, não foi considerado este montante como despesas em saúde para fins do limite, por estar em desacordo com o inciso II, art. 24 da Lei Complementar nº 141/12.

2.8.8.4 Da Apuração do Limite Mínimo das Despesas com ASPS

De acordo com o previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 141/12, os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158, art. 159, § 3º, e art. 159, inciso I, alínea “b”, da Constituição Federal.

De acordo com o cálculo efetuado pelo Corpo Instrutivo, no subitem 6.5.3 de sua instrução, foi apurada a seguinte situação do Município com relação aos gastos com ASPS, para fins de limite legal:

Tabela 38 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com ASPS

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	55.711.051,58
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	1.154.811,58
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	54.556.240,00
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	16.082.918,17
(F) Restos a pagar não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, com disponibilidade de caixa	0,00
(G) Cancelamento de restos a pagar de exercícios anteriores com disponibilidade financeira	0,00
(H) Total das despesas consideradas = (E+F-G)	16.082.918,17
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	29,48%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64, Quadro E.1, Quadro E.2, Quadro E.3 e documentos de arrecadação do FPM de julho e dezembro.

Nota 1: as Emendas Constitucionais nºs 55 e 84 estabeleceram um aumento de 1% no repasse do FPM (alíneas "d" e "e", inciso I, art. 159 da CF), a serem creditados nos primeiros decêndios dos meses de julho e dezembro. De acordo com comunicado da STN, os créditos ocorreram nos dias 07/07/2017 e 08/12/2017. No entanto, esta receita não compõe a base de cálculo da saúde, prevista no art. 198, § 2º, inciso III da CF, da mesma forma que o IOF-Ouro.

Entretanto, o douto MPE concluiu de forma diversa, uma vez que, nos seus cálculos, não considerou os restos a pagar sem disponibilidade de caixa no Fundo Municipal de Saúde, conforme demonstrado a seguir:

De acordo com a metodologia de apuração que resolveu empregar, o d. Corpo Instrutivo chega à conclusão de que o Município de Cantagalo teria cumprido o percentual de 15% das receitas de impostos e transferências de impostos como limite mínimo a ser aplicado em ASPS.

O Parquet de Contas, todavia, não pode concordar com a conclusão do Corpo Instrutivo, haja vista que a metodologia empregada discrepa do que estabelece a LCF nº 141/12, além de garantir menos recursos para concretização do direito fundamental social à saúde.

5.2.5 Disponibilidade de caixa ao final do exercício 2017 consolidada no Fundo Municipal de Saúde

O financiamento da saúde advém da arrecadação de receitas de impostos e transferências de impostos que ocorre regularmente ao longo do exercício, devendo ser transferida ao Fundo de Saúde a cota financeira prevista no art. 7º da LCF nº 141/12.

O intuito é o de viabilizar a disponibilidade financeira à Secretaria de Saúde, com vista a promover as políticas de saúde planejadas e estabelecidas no Plano de Saúde, assegurando que a aplicação do mínimo de 15% das receitas arrecadadas elegíveis ocorra no próprio exercício em que ingressam nos cofres públicos, ou, pelo menos, que haja disponibilidade financeira no fundo de saúde para arcar com eventuais restos a pagar (processados ou não).

Com efeito, o cômputo de restos a pagar processados e não processados na apuração da aplicação em ASPS tem de estar vinculado à existência de disponibilidade de caixa oriunda de impostos e transferências de impostos consolidada no FUNDO DE SAÚDE.

No exame do balancete de verificação do Fundo Municipal de Saúde em 31.12.2017 – Quadro E.3 modelo 17- com a assinatura do Prefeito Municipal e do Contador, constata-se que a disponibilidade financeira registrada de R\$35.250,09 não seria suficiente para dar lastro financeiro aos restos a pagar processados e não processados do exercício de 2017, haja vista haver o comprometimento desta disponibilidade com outras obrigações registradas no passivo financeiro: DDO/Consignações – R\$179.222,17 e RP de anos anteriores – R\$3.842,20.

Com efeito, deve ser realizada a exclusão do valor não lastreado na respectiva disponibilidade financeira na apuração do mínimo a ser aplicado pelo Município em ASPS.

5.2.6 Apuração do cumprimento da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Diante de todo aduzido, a apuração da aplicação do percentual mínimo em ASPS pelo Município no exercício de 2017 deve observar o disposto na seguinte tabela:

DESCRIÇÃO	Valor - R\$
RECEITAS	
(A) Receitas de impostos e transferências (conforme quadro da educação)	55.711.051,58
(B) Dedução da parcela do FPM (art. 159, I, "d" e "e")	1.154.811,58
(C) Dedução do IOF-Ouro	0,00
(D) Total das receitas (base de cálculo da saúde) (A-B-C)	54.556.240,00
DESPESAS COM SAÚDE	
(E) Despesas liquidadas custeadas com recursos de impostos e transf. de impostos	16.362.456,63
(F) Restos a pagar processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, sem disponibilidade de caixa	1.082.605,35
(G) Restos a pagar não processados, relativos aos recursos de impostos e transf. de impostos, sem disponibilidade de caixa	279.538,46
(H) Total das despesas consideradas = E-(F+G)	15.000.312,82
(I) Percentual das receitas aplicado em gastos com saúde (H/D) mínimo 15%	27,50%
(J) Valor referente à parcela que deixou de ser aplicada em ASPS no exercício	0,00

Fonte: Relatório Técnico e Quadro E3 Modelo 17

Com a fiel observância dos critérios constantes das normas constitucionais e legais que regem a matéria, a determinar que não

*sejam computados no cálculo os restos a pagar sem disponibilidade de caixa no Fundo Municipal de Saúde, nem as despesas que não podem ser classificadas como ASPS, verifica-se que o **governo do Município de Cantagalo aplicou 27,50% das receitas de impostos e suas transferências em ações e serviços públicos de saúde no exercício de 2017.***

Verifico, portanto, que, tanto pela metodologia adotada pelo Corpo Técnico, quanto pelo MPE, o Município de Cantagalo cumpriu o previsto no art. 7º da Lei Complementar nº 141/12. Entretanto, acompanharei a metodologia do Corpo Instrutivo, tendo em vista que alterações dessa natureza demandam desta Corte de Contas ação orientadora e prévia Comunicação ao Chefe do Poder Executivo, o que não foi empreendido a tempo de ser exigido na Prestação de Contas em exame.

Ademais, em relação à metodologia para apuração da aplicação do percentual legal em ações e serviços públicos de saúde (ASPS), reputo oportuno destacar a Consulta efetuada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, protocolizada nesta Corte sob o Processo TCE-RJ nº 113.617-4/18, na qual o Plenário desta Corte firmou a tese de que, **a partir das Prestações de Contas de Governo do Estado do Rio de Janeiro e de todos os Municípios jurisdicionados deste Tribunal, referentes ao exercício de 2019, a serem apreciadas por esta Corte em 2020**, deverão ser computadas, para fins de aferição do cumprimento do art. 198, § 2º, inciso II, e § 3º, inciso I, da Constituição Federal e do art. 24 da Lei Complementar nº 141/12, **as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa do respectivo fundo no exercício.**

Assim sendo, a metodologia até então adotada por esta Corte de Contas, para aferição dos gastos realizados com ASPS, será alterada a partir do exercício de 2019, cujas contas serão encaminhadas a este Tribunal em 2020. Por esta razão, farei constar, na **Comunicação** dirigida ao atual Prefeito Municipal, item referente à nova metodologia a ser adotada.

Ademais, em consonância com o art. 2º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 141/12, as despesas com ações e serviços públicos de saúde realizadas pelos Municípios deverão ser financiadas com recursos movimentados por meio dos respectivos Fundos de Saúde.

No caso do Município de Cantagalo, observo que os recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde foram movimentados, exclusivamente, pelo Fundo Municipal de Saúde.

Cumprir registrar que, quando da análise das Prestações de Contas de Governo dos Municípios, referentes ao exercício de 2016, o Egrégio Plenário desta Corte decidiu pela Comunicação aos jurisdicionados, informando que, **a partir da análise das Prestações de Contas referentes ao exercício financeiro de 2018, a serem apreciadas por esta Corte em 2019, este Tribunal não mais computará as despesas com ações e serviços de saúde que não tenham sido movimentadas pelo fundo de saúde**, para efeito de apuração do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal, nos estritos termos da Lei Complementar nº 141/12. Considerando tratar-se de importante mudança metodológica na apuração do mínimo constitucional em saúde, entendo pertinente reiterar a referida **Comunicação**.

Constato, ainda, o envio do Parecer do Conselho Municipal de Saúde, opinando favoravelmente quanto à aplicação dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, efetuados pelo Fundo Municipal de Saúde, atendendo, assim, ao disposto no art. 33 da Lei nº 8.080/90 c/c art. 36, § 1º, da Lei Complementar nº 141/12.

O Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto no art. 36, *caput*, e § 5º da Lei Complementar nº 141/12, realizou audiência pública, na qual o gestor do SUS apresentou relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, conforme consta das atas apresentadas.

Finalmente, verifico que o douto MPE, no tópico 5.2.8 do seu parecer, fez algumas considerações acerca dos compromissos dos Municípios estabelecidos na Constituição Federal e na legislação do SUS, ressaltando o seguinte:

Aos Municípios é imposto o dever de garantir os serviços de atenção básica à saúde e de prestar serviços em sua localidade, com a parceria dos governos estadual e federal. As prefeituras também criam políticas de saúde e colaboram com a aplicação das políticas nacionais e estaduais, aplicando recursos próprios e repassados pela União e pelo Estado. Os Municípios, outrossim, devem organizar e controlar os laboratórios e hemocentros, bem como administrar os serviços de saúde, mesmo aqueles mais complexos.

Faz, ainda, o Ministério Público, um resumo das informações extraídas dos sistemas do Ministério da Saúde, acerca das ações e programas, desenvolvidos pelo Município de Cantagalo, ressaltando que, nas presentes Contas, o Corpo Técnico não teria feito uma análise sobre a implementação das políticas de saúde no âmbito do Município, nem sobre o cumprimento dos compromissos estabelecidos na Constituição Federal e na legislação do SUS, o que deveria ser feito nas próximas Contas de Governo. Por esta razão, propõe o MPE a formulação de determinação, ao final de seu parecer.

Em que pese as considerações do Ministério Público Especial quanto à necessidade de avaliação se as políticas públicas de saúde dos Municípios, estabelecidas pela Constituição Federal e pela legislação do SUS, estão em consonância com a metodologia de avaliação qualitativa das Prestações de Contas de Governo dos Municípios, constato que a implantação de avaliações dessa grandeza demanda, por parte da Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), planejamento prévio e dimensionamento minucioso dos recursos humanos necessários para sua implementação, razão pela qual não acompanharei, nas presentes contas, a sugestão do douto *Parquet* de Contas.

2.8.9 Repasse Financeiro para a Câmara Municipal

Conforme estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 25/00, o repasse financeiro a ser efetuado pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, para custear as despesas do Poder Legislativo, não poderá ultrapassar os limites definidos no *caput* do citado artigo, bem como não poderá ser inferior à proporção fixada na Lei Orçamentária. Tais exigências encontram-se dispostas no art. 29-A, § 2º, incisos I e III.

2.8.9.1 Limite Máximo para Repasse do Executivo ao Legislativo

De acordo com os critérios estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal, o total do repasse para custear as despesas do Poder Legislativo do Município de Cantagalo, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não deve ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) sobre

o somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

Tabela 39 - Limite Previsto - Base de Cálculo

Receitas tributárias e de transferência do Município no exercício de 2016	Valor (R\$)
(A) Receitas tributárias (tributos diretamente arrecadados)	6.877.650,14
(B) Transferências	50.832.790,79
(C) Dedução das contas de receitas	0,00
(D) Total das receitas arrecadadas (a + b - c)	57.710.440,93
(E) Percentual previsto para o Município	7,00%
(F) Total da receita apurada (d x e)	4.039.730,87
(G) Gastos com inativos (fls. 220/221)	0,00
(H) Limite máximo para repasse do executivo ao legislativo em 2017 (f + g)	4.039.730,87

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64 do ano anterior e Anexo 2 da Câmara da Lei nº 4.320/64.

Notas: Receitas de mercado municipal, de cemitério, de aeroporto, de terra dos silvícolas, conforme voto proferido no processo TCE-RJ nº 261.314-8/02;

Conforme decisão no Processo TCE-RJ nº 203.065-7/05, as Contribuições Previdenciárias cobradas dos servidores para custeio dos Regimes Próprios de Previdência e Assistência, caso existam, deverão ser excluídas do cômputo do cálculo do limite do art. 29-A da Constituição Federal.

2.8.9.2 Verificação do Cumprimento do Limite Constitucional (art. 29-A, § 2º, inciso I e III)

O limite máximo de repasse do Executivo para o Legislativo, conforme apurado no quadro a seguir, observou o disposto no art. 29-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal:

Limite de repasse permitido Art. 29-A	Repasse recebido (A)	Valor devolvido ao poder executivo (B)	Repasse apurado após devolução (C) = (A) – (B)
4.039.730,87	4.013.186,88	0,00	4.013.186,88

Fonte: Balanço Financeiro da Câmara da Lei nº 4.320/64.

Consoante a Lei Orçamentária e o Demonstrativo das Alterações Orçamentárias, o total previsto para repasse ao Legislativo, no exercício de 2017, foi

igual ao valor repassado, tendo sido observado o disposto no art. 29-A, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, conforme se demonstra:

Orçamento final da câmara	Repasse recebido	Repasse recebido igual do orçamento final da Câmara
4.013.186,93	4.013.186,88	-

Fonte: Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro da Câmara da Lei nº 4.320/64.

2.9 Demais Aspectos Relevantes

O Corpo Instrutivo destacou alguns aspectos relevantes em sua análise, sobre os quais passo a tecer considerações, por reputá-los oportunos.

2.9.1 Conselho de Alimentação Escolar

Verifico que o Conselho de Alimentação Escolar, previsto na Lei nº 11.947/09, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, responsável por acompanhar e monitorar os recursos federais repassados para a alimentação escolar e garantir boas práticas sanitárias e de higiene dos alimentos nas instituições de ensino, opinou pela regularidade da aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, referente ao exercício de 2017, em conformidade com o art. 19 Lei nº 11.947/09.

2.9.2 Conselho Municipal de Assistência Social

O Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei nº 8.742/93 é um órgão que reúne representantes do governo e da sociedade civil e tem, entre suas atribuições, a de exercer a orientação e o controle do Fundo Municipal de Assistência Social, acompanhar e controlar a execução da Política Municipal de Assistência Social e apreciar e aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social (recursos próprios do Município e os oriundos de outras esferas de governo, alocados no respectivo Fundo Municipal de Assistência Social), em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais e municipais.

O Conselho Municipal de Assistência Social, por meio do parecer (arquivo digital "56. Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social") opinou pela regularidade da gestão dos recursos referentes ao exercício de 2017, em conformidade com o art. 16 c/c art. 18, inciso X, da Lei nº 8.742/93 (Loas).

2.9.3 *Royalties*

O art. 8º da Lei nº 7.990/89, alterada pelas Leis nºs 10.195/01 e 12.858/13, veda a aplicação dos recursos provenientes de *royalties* no quadro permanente de pessoal e no pagamento da dívida, excetuando o pagamento de dívida com a União, bem como a capitalização de fundos de previdência.

2.9.3.1 Das Receitas de *Royalties*

A movimentação dos recursos de *royalties* no exercício de 2017 apresentou-se da seguinte forma:

Tabela 40 - Receitas de *Royalties*

Descrição	Valor - R\$
I – Transferência da União	6.686.339,45
II – Transferência do Estado	1.605.622,76
III – Outras compensações financeiras	0,00
IV - Subtotal	8.291.962,21
V – Aplicações financeiras	13.437,28
VI – Total das receitas (IV + V)	8.305.399,49

Fonte: Anexo 10 consolidado da Lei nº 4.320/64.

No Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei nº 4.320/64, o Município contabilizou R\$ 6.137.266,34 (seis milhões, cento e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos) a título de receita proveniente de *royalties* pelo excedente de produção. Contudo, em consulta ao *site* da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o Corpo Instrutivo constatou que o valor refere-se a *Royalties* pela Produção (até 5% da produção), indicando, assim, que o Município apropriou indevidamente, nos códigos de receita, os valores referentes à arrecadação dos recursos de *royalties*.

Em razão disso, tal fato será considerado como **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto.

2.9.3.2 Aplicação de Recursos de *Royalties* na Educação e na Saúde

Conforme verificado no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 Consolidado da Lei nº 4.320/64 – e no demonstrativo da receita de *royalties* (arquivo digital “49 – Receitas de *Royalties* da Lei nº 12.858/13”), não ocorreu arrecadação de receitas oriundas dos *royalties* previstos na Lei nº 12.858/13, que determina a aplicação desses recursos na educação e na saúde.

2.9.3.3 Das Despesas Totais com Recursos de *Royalties*

A tabela a seguir demonstra as despesas custeadas com recursos da compensação financeira pela exploração do petróleo, xisto, gás natural e recursos hídricos:

Tabela 41 - Despesas Custeadas com Recursos dos *Royalties*

Descrição	Valor - R\$	Valor - R\$
I - Despesas correntes		7.621.278,33
Pessoal e encargos	2.480.000,00	
Juros e encargos da dívida	0,00	
Outras despesas correntes	5.141.278,33	
II - Despesas de capital		133.465,24
Investimentos	133.465,24	
Inversões financeiras	0,00	
Amortização de dívida	0,00	
III - Total das despesas (I + II)		7.754.743,57

Fonte: Quadro F.1.

O Município aplicou 98,28% (noventa e oito vírgula vinte e oito por cento) dos recursos dos *royalties* em despesas correntes e 1,72% (um vírgula setenta e dois por cento) em despesas de capital.

Conforme apontado na tabela anterior, ocorreu o pagamento de despesas com pessoal à conta de recursos das parcelas de *royalties* da produção. No entanto, tais despesas foram efetuadas pelo Instituto de Previdência para o pagamento de

aposentados. A Lei nº 1.169/13 autorizou o Poder Executivo a incorporar ao patrimônio do Instituto de Pensão e Aposentadoria Municipal de Cantagalo receitas relativas às participações e compensações financeiras no resultado da exploração de petróleo.

Como os *royalties* de petróleo são decorrentes da exploração de um recurso natural não renovável, a utilização desses recursos deve ser efetuada de forma consciente e responsável, razão pela qual incluirei **Recomendação** para que o Município priorize a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local.

2.9.4 Transparência na Gestão Fiscal

O Corpo Instrutivo destaca, no tópico 8.4 de sua instrução, que a Coordenadoria de Auditorias Temáticas e Operacional (CTO) realizou auditoria na área de tecnologia da informação (TI), objetivando um diagnóstico do portal da transparência das Prefeituras Municipais, com a verificação do cumprimento dos preceitos de transparência e acesso à informação, essenciais ao pleno exercício do controle social.

Para assegurar essa transparência, a Lei Complementar nº 131/09 acrescentou dispositivos a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

Ressalto, ainda, que o Decreto Federal nº 7.185/10 estabeleceu normas para regulamentar a transparência dos dados públicos de todos os entes da Federação (União, Estados, Municípios e DF) exigida pela Lei Complementar nº 131/09.

Finalmente, em 16/05/2011, entrou em vigor a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação), visando regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas no país. A Lei se aplica a todos os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive para os Tribunais de Contas e Ministério Público.

De forma geral, conforme consta no Relatório de Auditoria, objeto do Processo TCE-RJ nº 226.541-3/17, apreciado em Sessão Plenária de 02/08/2018, os resultados obtidos pelo Município de Cantagalo – 0,52 – de acordo com o iTAI (indicador de Transparência e Acesso à Informação⁵), evidenciam um nível intermediário de transparência e acesso à informação com relação ao que está disposto nos diplomas legais referentes à transparência da administração pública, demonstram o não cumprimento integral da legislação pertinente (que levaria a um iTAI equivalente a 1).

Portanto, verifico que o Município não cumpriu integralmente as exigências estabelecidas na legislação, o que será considerado como **Ressalva e Determinação** na conclusão deste Voto.

2.9.5 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) é um indicador de desempenho de âmbito nacional, composto por sete índices setoriais temáticos, cujo objetivo é avaliar, ao longo do tempo, se a visão e objetivos estratégicos dos Municípios foram alcançados e, com isso, oferecer elementos importantes para melhoria da gestão municipal e para auxiliar e subsidiar a ação fiscalizatória do controle externo exercido por esta Corte de Contas.

O IEGM é medido pelos Tribunais de Contas brasileiros desde 2016 e tem como principal finalidade o aperfeiçoamento das ações governamentais em políticas públicas nacionais, mediante a divulgação do resultado de indicadores das políticas adotadas para atendimento das necessidades da população, proporcionando uma visão da gestão para sete dimensões da execução do orçamento público, com vistas a uma visão ampla da gestão voltada para melhorias estruturantes. As aludidas dimensões são as seguintes:

⁵ A fim de permitir a interpretação dos resultados obtidos na avaliação do indicador iTAI, foram definidos os seguintes níveis ou estágios de desenvolvimento:

1. O intervalo entre 0,00 e 0,33 representa um nível inicial de transparência e acesso à informação, com atendimento incipiente dos normativos legais;
2. O intervalo entre 0,33 e 0,66 corresponde a um nível intermediário de transparência e acesso à informação com relação à legislação vigente;
3. O intervalo entre 0,66 e 1,00 expressa um nível avançado ou aprimorado de transparência e acesso à informação. A classificação de municípios nessa faixa não exime os jurisdicionados do cumprimento integral da legislação (iTAI igual a 1), sendo realizada para fins comparativos.

- Educação;
- Saúde;
- Planejamento
- Gestão Fiscal;
- Meio Ambiente;
- Proteção das Cidades e
- Governança da Tecnologia da Informação.

Tais dimensões foram selecionadas a partir de sua posição estratégica no contexto das finanças públicas, gerando os seguintes índices componentes do IEGM Brasil: i-Educ/IEGM, i-Saúde/IEGM, i-Planejamento/IEGM, i-Fiscal/ IEGM, i-Amb/ IEGM, i-Cidade/ IEGM e i-Gov TI/ IEGM.

A apuração dos índices de efetividade da gestão pública indicam os setores que merecem maior atenção do gestor público, colaborando para o aperfeiçoamento das ações governamentais. Dessa forma, os órgãos executivos dos entes sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Deliberação TCE-RJ nº 271/17, deverão responder, em caráter obrigatório, aos questionários para a apuração de índices de efetividade da gestão, anexando evidências comprobatórias, quando couber.

Dos 91 (noventa e um) Municípios fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 80 (oitenta) responderam ao questionário do indicador (IEGM) relativo ao exercício de 2016, sendo o percentual de adesão de 87,91% (oitenta e sete vírgula noventa e um por cento).

Comparando o Município de Cantagalo com o IEGM dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro participantes, observo que a nota do Município de Cantagalo foi B, ou seja, o Município está na faixa: Efetiva (adequada).

2.10 Controle Interno

De acordo com o art. 70, *caput*, e art. 74, inciso IV, da Constituição Federal, caberá ao Sistema de Controle Interno de cada Poder, em apoio ao controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes públicos e entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

O art. 74, § 1º, da Constituição Federal estipula, ainda, que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, deverão dar ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

A seu turno, o art. 59 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) dispõe que compete, ainda, ao sistema de Controle Interno, o exame da gestão fiscal.

Dessa forma, visando ao aperfeiçoamento da atuação do Controle Interno do Município de Cantagalo, registro que os fatos apontados na análise desta Prestação de Contas deverão ser objeto de acompanhamento e correção, razão pela qual incluirei, em meu Voto, **Comunicação** ao titular do Órgão Central de Controle Interno do Município, para que tome ciência do exame empreendido nestas contas e adote as providências que se fizerem necessárias a fim de elidir as falhas detectadas, informando, no relatório a ser encaminhado no próximo exercício, quais foram as medidas adotadas.

2.10.1 Das Determinações nas Contas de Governo do Exercício Anterior

Verifico que o “Relatório de Acompanhamento das Determinações e Recomendações do TCE pelo Controle Interno” foi encaminhado a esta Corte (arquivo digital anexado em 25/06/2018), informando adequadamente todas as ações e providências visando corrigir as irregularidades e/ou impropriedades verificadas no exercício de 2016.

De acordo com a avaliação efetuada com base no aludido Relatório, apurou-se que, do total de 13 (treze) Determinações: 7 (sete) foram consideradas cumpridas e 6 (seis) cumpridas parcialmente, conforme tabela a seguir:

Tabela 42 - Acompanhamento de Determinações

Situação	Quant.	% em relação ao total
Cumprida	7	53,85%
Cumprida parcialmente	6	46,15%
Não cumprida	0	0%
Cumprimento dispensado	0	0%
Total	13	100%

Fonte: Modelo 22 anexado ao arquivo 62 – 02/05/2018.

2.10.2 Do Certificado de Auditoria

O Certificado de Auditoria (arquivo digital “62. Relatório do Controle Interno” anexado em 02/04/2018), emitido pelo Órgão Central de Controle Interno, opina expressamente pela Regularidade das Contas do Chefe de Governo do Município de Cantagalo.

3 CONCLUSÃO E VOTO

Considerando, com fulcro no art. 125, incisos I e II, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio, de natureza eminentemente técnica, sobre as Contas de Governo dos Municípios, para fins de posterior julgamento pela Câmara Municipal;

Considerando que, nos termos da legislação em vigor, o Parecer Prévio do Tribunal de Contas e o subsequente julgamento pela Câmara dos Vereadores não exime a responsabilidade dos ordenadores e ratificadores de despesas, bem como de pessoas que arrecadaram e geriram dinheiro, valores e bens municipais, ou pelos quais seja o Município responsável, cujos processos pendem de exame por esta Corte de Contas;

Considerando que a Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe a adoção de medidas de caráter contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial para a administração pública, direta, autárquica e fundacional, e para as empresas dependentes de recursos do Tesouro dos Municípios jurisdicionados;

Considerando que as Contas de Governo do Prefeito, constituídas dos respectivos Balanços Gerais do Município e das demonstrações de natureza contábil, foram elaboradas com observância das disposições legais pertinentes, exceto pelas Ressalvas apontadas;

Considerando que a abertura de créditos suplementares ou especiais atendeu a prévia autorização legislativa e com indicação dos recursos correspondentes, em observância ao art. 167, inciso V, da Constituição Federal;

Considerando que foram devidamente demonstradas as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00;

Considerando que, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/00, foram realizadas audiências públicas avaliando o cumprimento das metas fiscais;

Considerando que os gastos com pessoal do Executivo alcançaram, no 1º, 2º e 3º quadrimestres de 2017, os percentuais de 53,34% (cinquenta e três vírgula trinta e quatro por cento), 53,66% (cinquenta e três vírgula sessenta e seis por cento), e 52,50% (cinquenta e dois vírgula cinquenta por cento), respectivamente, da Receita Corrente Líquida, respeitando o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento), estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar nº 101/00;

Considerando que, conforme metodologia ainda em vigor, o valor aplicado pelo Município na manutenção e desenvolvimento do ensino correspondeu a 29,42% (vinte e nove vírgula quarenta e dois por cento) do total da receita resultante de impostos, próprios e decorrentes de transferências, situando-se, portanto, acima do limite mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 212 da Constituição Federal;

Considerando que, conforme metodologia ainda em vigor, o Município aplicou 92,23% (noventa e dois vírgula vinte e três por cento) na remuneração dos profissionais do magistério do ensino básico em efetivo exercício de suas atividades, sendo obedecido, portanto, o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) de aplicação dos recursos do Fundeb, conforme previsto no art. 22 da Lei nº 11.494/07;

Considerando que, conforme metodologia ainda em vigor, o valor aplicado pelo Município em ações e serviços públicos de saúde corresponde a 29,48% (vinte e nove vírgula quarenta e oito por cento) do total da receita resultante de impostos, próprios e decorrentes de transferências, situando-se, portanto, acima do limite mínimo de 15% (quinze por cento) estabelecido pela Lei Complementar nº 141/12;

Considerando que foi constatada a observância do limite da dívida pública do Município aos termos da Resolução nº 40/01 do Senado Federal c/c a Lei Complementar nº 101/00;

Considerando que foi constatada a correta aplicação dos recursos dos *royalties*, em observância ao art. 8º da Lei nº 7.990/89;

Considerando que houve o cumprimento do art. 21, § 2º, da Lei nº 11.494/07, em relação às despesas com recursos do Fundeb;

Considerando o repasse integral das contribuições previdenciárias, patronais e retidas dos servidores ao RPPS, no termos dos arts. 40, 149, § 1º, e 195, incisos I e II, da Carta Magna;

Considerando que, face à decisão deste Tribunal de Contas, proferida nos autos do Processo TCE-RJ nº 100.797-7/18, referente à Consulta formulada pela Alerj, deverá ser alterada a metodologia de cálculo, para aferição dos gastos realizados na manutenção e desenvolvimento do ensino, para as contas referentes ao exercício de 2020, a serem apreciadas em 2021;

Considerando que, face à decisão deste Tribunal de Contas, proferida nos autos do Processo TCE-RJ nº 113.617-4/18, referente à Consulta formulada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, deverá ser alterada a metodologia de cálculo, para aferição dos gastos realizados em ações e serviços públicos de saúde, para as contas referentes ao exercício de 2019, a serem apreciadas em 2020;

Considerando, ainda, que as Prestações de Contas de Governo são encaminhadas em meio digital, contendo informações necessárias para subsidiar as Contas de Ordenador de Despesas da Câmara Municipal, quanto ao cumprimento, por parte do Legislativo Municipal, do art. 29-A da Constituição Federal e do art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal,

Manifesto-me, **PARCIALMENTE DE ACORDO** com Corpo Instrutivo e com o Ministério Público Especial junto a este Tribunal, sendo que minhas principais divergências referem-se:

Em relação ao proposto pelo Ministério Público Especial:

- Na Comunicação ao atual Prefeito, entendo pertinente a inclusão do item c, renumerado para item 3, na forma proposta pelo Corpo Instrutivo;
- Pela não inclusão da Determinação à Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), apesar do disposto no item IV “b” de seu parecer.

Em relação à sugestão do Corpo Instrutivo:

- Entendo pertinente a inclusão da Ressalva 10, com a consequente Determinação, na forma proposta pelo Ministério Público Especial;
- Na Comunicação ao atual Prefeito, entendo pertinente a inclusão dos itens III.4, III.5 e III.6, renumerados para item 5, 6 e 7, na forma proposta pelo Ministério Público Especial;
- Entendo pertinente a Determinação à SGE, na forma proposta pelo Ministério Público Especial, incluído no item IV “a” de seu parecer.

Em relação ao sugerido pelo Corpo Instrutivo e proposto pelo Ministério Público Especial:

- Na Comunicação ao atual Prefeito, é-lhe dada ciência acerca das novas metodologias de cálculos para aferição das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e ações e serviços públicos de saúde, conforme decisões proferidas nos Processos TCE-RJ nº 113.617-4/18, 100.797-7/18 e 200.420-9/18.

Ex positis e, diante dos fatos evidenciados,

VOTO:

- I - Pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Governo do Município de Cantagalo, relativas ao exercício de 2017, sob a responsabilidade do Prefeito, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, com as seguintes **RESSALVAS, DETERMINAÇÕES e RECOMENDAÇÕES**:

RESSALVAS E DETERMINAÇÕES

RESSALVA Nº 01

O Município inscreveu o montante de R\$ 1.060.288,43 (um milhão, sessenta mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e três centavos) em Restos a Pagar Não Processados, sem a devida disponibilidade de

caixa, contrariando o disposto no art. 55, inciso III, itens 3 e 4, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DETERMINAÇÃO Nº 01

Envidar esforços no sentido de cumprir o disposto no art. 1º, § 1º, c/c o art. 55, inciso III, itens 3 e 4, da Lei Complementar nº 101/00, de forma que não seja realizada a inscrição de Restos a Pagar não processados sem a correspondente disponibilidade financeira.

RESSALVA Nº 02

Não cumprimento da meta de dívida consolidada líquida, estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, desrespeitando a exigência do art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.

DETERMINAÇÃO Nº 02

Aprimorar o planejamento, de forma a cumprir as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em face do que estabelece o art. 59, inciso I, da Lei Complementar nº 101/00.

RESSALVA Nº 03

Não foi atingido o equilíbrio financeiro no exercício, sendo apurado um déficit da ordem de R\$ 960.238,25 (novecentos e sessenta mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), em desacordo com o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.

DETERMINAÇÃO Nº 03

Observar o equilíbrio financeiro nos próximos exercícios, em atendimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00.

RESSALVA Nº 04

O valor do resultado do exercício apontado no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial Consolidado, de R\$ 6.078.975,60 (seis milhões, setenta e oito mil, novecentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos), não guarda paridade com o resultado patrimonial consolidado

na Demonstração das Variações Patrimoniais, de R\$ 6.283.503,11 (seis milhões, duzentos e oitenta e três mil, quinhentos e três reais e onze centavos).

DETERMINAÇÃO Nº 04

Observar a consonância entre o resultado do exercício apontado no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial Consolidado e o resultado patrimonial consolidado na Demonstração das Variações Patrimoniais, em atendimento ao art. 85 da Lei nº 4.320/64.

RESSALVA Nº 05

Ausência de equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, uma vez que foi constatado um déficit previdenciário de R\$ 2.104.153,35 (dois milhões, cento e quatro mil, cento e cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), em desacordo com a Lei nº 9.717/98.

DETERMINAÇÃO Nº 05

Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei nº 9.717/98.

RESSALVA Nº 06

O valor do superávit financeiro para o exercício de 2018, apurado na presente prestação de contas, é inferior ao registrado pelo Município no balancete do Fundeb, resultando numa diferença de R\$ 23.604,56 (vinte e três mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

DETERMINAÇÃO Nº 06

Observar a correta movimentação dos recursos do Fundeb, com vistas ao cumprimento do art. 21 da Lei nº 11.494/07 c/c o art. 85 da Lei nº 4.320/64.

RESSALVA Nº 07

O valor total das despesas na função 10 – Saúde, evidenciadas no Sistema Integrado de Gestão Fiscal – Sigfis/BO, diverge do registrado pela contabilidade, conforme demonstrado:

Tabela 43 – Despesas com Saúde: Sigfis versus Contabilidade

Descrição	Valor –R\$
Sigfis	23.316.943,42
Contabilidade – Anexo 8 consolidado	23.320.783,42
Diferença	-3.840,00

DETERMINAÇÃO Nº 07

Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao art. 7º da Lei Complementar nº 141/12 c/c o art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/00.

RESSALVA Nº 08

Inconsistência na apropriação dos recursos oriundos dos *royalties* nos respectivos códigos de receitas previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcas), com reflexo no Demonstrativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Anexo 10 da Lei nº 4.320/64.

DETERMINAÇÃO Nº 08

Observar a correta apropriação dos recursos dos *royalties* nos códigos de receita previstos no Ementário da Receita anexo ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (Mcas).

RESSALVA Nº 09

O Município não cumpriu, integralmente, as obrigações estabelecidas na legislação relativa aos portais da transparência e acesso à informação pública, cabendo destacar a inobservância quanto à ampla divulgação da Prestação de Contas relativa ao exercício

financeiro e do respectivo Parecer Prévio deste Tribunal, em afronta ao disposto no art. 126 da Constituição Estadual c/c o art. 48 da Lei Complementar nº 101/00.

DETERMINAÇÃO Nº 09

Implementar ações, visando ao pleno atendimento às exigências, estabelecidas na Lei Complementar nº 131/09, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 12.527/11 e no Decreto Federal nº 7.185/10, no que couber, relativas aos portais de transparência.

RESSALVA Nº 10

Existência de sistema de tributação deficiente, que prejudica a efetiva arrecadação dos tributos instituídos pelo Município, contrariando a norma do art. 11 da LRF.

DETERMINAÇÃO Nº 10

Adotar providências para estruturar o sistema de tributação do Município, visando à eficiência e eficácia na cobrança, fiscalização, arrecadação e controle dos tributos instituídos pelo Município, em atendimento ao art. 11 da LRF.

RESSALVA Nº 11

O Município atingiu o limite prudencial – com relação às despesas com pessoal – previsto no art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/00 (LRF).

DETERMINAÇÃO Nº 11

Adotar as medidas necessárias à contenção e à redução das despesas com pessoal, ressaltando que o Município já se encontra sob as vedações previstas no art. 22, parágrafo único, da LRF.

RECOMENDAÇÃO

Para que o Município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos *royalties*, priorizando a alocação dessas

receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como busque alternativas para atrair novos investimentos, de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.

- II - Pela COMUNICAÇÃO** ao atual responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Cantagalo, na forma prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que tome ciência das Determinações e Recomendações apontadas nesta Prestação de Contas e adote medidas necessárias para o seu cumprimento, de modo a prevenir, nas próximas Prestações de Contas, a ocorrência de fatos semelhantes e atue de forma a cumprir adequadamente a sua função de apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, prevista no art. 74 da Constituição Federal, no art. 77 da Lei nº 4.320/64 e no art. 59 da LRF, pronunciando-se, nas próximas Contas de Governo, de forma conclusiva, quanto aos fatos de ordem orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e aqueles referentes às disposições previstas na LRF, que tenham contribuído para os resultados apurados, de modo a subsidiar a análise das contas por este Tribunal, apresentando certificado de auditoria quanto à regularidade, regularidade com ressalva ou irregularidade das contas, e ainda quais foram as medidas adotadas no âmbito do controle interno, no sentido de alertar a administração municipal quanto às providências a serem implementadas, além de apresentar a análise individual do cumprimento das Determinações e Recomendações exaradas por este Tribunal nas Contas de Governo;
- III - Pela COMUNICAÇÃO** ao atual Prefeito Municipal de Cantagalo, Sr. Joaquim Augusto Carvalho de Paula, na forma prevista na Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, para que tome ciência das Ressalvas, Determinações e Recomendações apontadas nesta Prestação de Contas e adote medidas necessárias para o seu cumprimento, de modo a prevenir, nas próximas Prestações de Contas, a ocorrência de fatos semelhantes, e seja alertado:

- a. quanto ao fato de que, ainda durante a atual legislatura, ocorrerão novas auditorias de monitoramento da gestão dos impostos municipais, para atestação da implementação das medidas recomendadas ou determinadas por este Tribunal, e seus resultados serão considerados para avaliação de sua gestão, quando da apreciação das próximas Contas de Governo;
- b. quanto ao déficit financeiro de R\$ 960.238,25 (novecentos e sessenta mil, duzentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos) apresentado nestas Contas, para que implemente medidas visando ao equilíbrio financeiro até o último ano de seu mandato, pois este Tribunal poderá pronunciar-se pela emissão de Parecer Prévio Contrário à aprovação de suas Contas no caso do não cumprimento do art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00;
- c. quanto à alteração da metodologia de cálculo das despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2019, a ser apreciada por esta Corte no exercício de 2020, a qual passará a considerar na base de cálculo as despesas liquidadas e os Restos a Pagar Não-Processados (despesas não liquidadas), até o limite das disponibilidades de caixa relativas a impostos e transferências de impostos, acrescida do valor referente à efetiva aplicação dos recursos do Fundeb, nos moldes especificados no Manual dos Demonstrativos Fiscais editados pela STN, estendendo tal metodologia à apuração dos limites legais referentes à aplicação dos recursos do Fundeb;
- d. quanto à alteração da metodologia de cálculo das despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2020, a ser apreciada por esta Corte no exercício de 2021, a qual passará a considerar, na base de cálculo, somente as despesas efetivamente pagas no exercício, de modo a interpretar a expressão “despesas realizadas” constante do art. 70 da Lei nº 9.394/96 como as despesas públicas efetivadas após o cumprimento das três etapas previstas na Lei nº 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento;

- e. quanto à alteração da metodologia de cálculo das despesas relacionadas à manutenção e desenvolvimento do ensino (MDE), a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2020, a ser apreciada por esta Corte no exercício de 2021, a qual passará a **não** considerar, na base de cálculo do limite mínimo constitucional de 25% (vinte e cinco por cento), consignado no art. 212 da Constituição Federal, as despesas com aquisição de uniformes e afins, ainda que distribuídos indistintamente a todos os alunos, assim como tais despesas não poderão mais ser financiadas com recursos do Fundeb;
- f. quanto ao fato de que esta Corte de Contas não mais computará as despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS) que não tenham sido movimentadas pelo Fundo de Saúde, para efeito de apuração do cumprimento do mínimo constitucional em saúde, nos estritos termos da Lei Complementar nº 141/12, já nas Contas de Governo referentes ao exercício de 2018, a serem apreciadas por esta Corte em 2019;
- g. quanto à necessidade de consolidar, no Fundo Municipal de Saúde, as disponibilidades de caixa provenientes de receitas de impostos e transferências de impostos com vistas a atender às ações e serviços públicos de saúde e a lastrear os respectivos passivos financeiros, constituídos pelos restos a pagar e demais obrigações, reconhecidos pela Administração Municipal, em atendimento ao disposto no art. 24 da Lei Complementar nº 141/12;
- h. quanto à alteração da metodologia de cálculo das despesas com ações e serviços públicos de saúde (ASPS), a ser utilizada na Prestação de Contas de Governo referente ao exercício de 2019, a ser apreciada por esta Corte no exercício de 2020, devendo ser consideradas, para fins de aferição do cumprimento do art. 198, § 2º, inciso II e § 3º, inciso I, da Constituição Federal, e do art. 24 da Lei Complementar nº 141/12, as despesas liquidadas e efetivamente pagas no exercício, bem como os restos a pagar processados e não processados até o limite da disponibilidade de caixa do respectivo fundo de saúde no exercício;

- i. para divulgar amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo Relatório Analítico e Parecer Prévio deste Tribunal, em cumprimento ao disposto no art. 126 da Constituição Estadual e na forma do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- j. para adotar providências a fim de que sejam respeitadas as regras estabelecidas na Lei nº 9.717/98 e nas demais normas regulamentadoras do regime próprio de previdência social (RPPS), em prol da sustentabilidade do regime e do equilíbrio das contas do Município, em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/00, alertando-o que o não repasse integral da contribuição previdenciária, dos servidores e patronal, ao Instituto de Previdência do Município, constitui irregularidade grave, capaz de motivar a emissão de Parecer Prévio Contrário por este Tribunal;
- k. para providenciar a avaliação atuarial anual do Regime Próprio de Previdência Social, alertando-o de que, a partir das Prestações de Contas referentes ao exercício de 2019, a serem apreciadas em 2020, a ausência de avaliação atuarial anual e/ou a inexistência de estratégia para a manutenção da situação superavitária ou da correção de déficit apresentado poderá ensejar a emissão de Parecer Prévio Contrário.

IV - Pela EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO a todos os Municípios jurisdicionados, dirigidos aos Chefes do Poder Executivo Municipal e a todos os titulares dos Institutos de Previdência dos respectivos Regimes Próprios, **alertando-os** acerca da exigência legal de realização de avaliação atuarial em seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), nos termos do art. 1º, inciso I, da Lei nº 9.717/98, e de que a ausência de avaliação atuarial anual e/ou a inexistência de medidas para a manutenção do equilíbrio atuarial do RPPS, assim como ausência de estratégias para correção de deficit atuarial apresentado, poderá ensejar a emissão de Parecer Prévio Contrário nas Contas de Governo Municipais;

V - Por DETERMINAÇÃO à Secretaria-Geral de Controle Externo (SGE), para que considere, na análise das Contas de Governo Municipais, o

resultado das auditorias governamentais realizadas no Município que tenham repercussão no conteúdo dos temas tratados no relatório técnico das contas;

Plenário,

GC-7, em 11 / 10 / 2018.

RODRIGO MELO DO NASCIMENTO
Relator